



Anais da Assembléia

Nº 53

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE MAIO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 34.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 1990.
TERÇA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Nei-vo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, e Valderi Mendes Vilela (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Gernote Kirinus, Mário Pereira, Sabino Campos e Vera Agibert (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, as qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs DTL/SAT/77, 78, 79, 80 e 81/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de

Lei números:

120/90 - De autoria do Deputado Eduardo Baggio, que dispõe sobre remissão de créditos tributários conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.239. Anote-se - Arquite-se.

70/90 - De autoria do Deputado Sabino Campos, que cria o município de Bragantina, desmembrado do município de Assis Chateaubriand, com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.240. Anote-se - Arquite-se.

094/90 - De autoria do Deputado Cândido Bastos, que cria o município de Nova Santa Bárbara, desmembrado do município de Santa Cecília do Pavão, com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.241. Anote-se - Arquite-se.

158/89 - De autoria do Deputado Eduardo Baggio, que cria o município de Vila Alta, desmembrado do município de Umuarama, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.242. Anote-se - Arquite-se.

177/90 - De autoria dos Deputados Caíto Quintana e Mário Pereira, que criam o Município de Santa Lúcia com território desmembrado do município de Capitão Leônidas Marques, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.243. Anote-se - Arquite-se.

Sob o nº DTL/82/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 233/90, por julgar as partes vetadas inconstitucionais em razão de motivos expostos. Anote-se - Arquite-se.

Sob o nº DTL/83/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 232/90, em razão dos motivos expostos. Anote-se - Arquite-se.

Sob o nº DTL/84/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE, o Projeto de Lei nº 234/90, em razão dos motivos expostos. Anote-se - Arquite-se.

Sob o nº DTL/85/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE, o Projeto de Lei nº 235/90, em razão dos motivos expostos. Anote-se - Arquite-se.

Sob o n° DTL/86/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 161/90, em razão dos motivos expostos. Anote-se - Arqueive-se.

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Pelo presente, venho solicitar a Vossa Excelência a substituição da Deputada Amélia Hruschka, nas seguintes Comissões Permanentes da Casa: Recursos Humanos, Turismo, Direitos Humanos, Ecologia e Meio Ambiente, Direitos da Mulher, como titular.

Educação, Terras, Imigração e Colonização, Tomada de Contas, Saúde e Defesa ao Consumidor, como suplente, pelo Deputado Luciano Pizzatto.

Sem mais para o momento, reitero a Vossa Excelência apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) FERRARI JÚNIOR
Líder do PRN

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Pelo presente, na qualidade de Líder da Bancada do PRN, venho indicar o Deputado Luciano Pizzatto, para a Vice-Liderança da Bancada do PRN, em substituição à Deputada Amélia Hruschka.

Sem mais para o momento, reiterando a Vossa Excelência apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) FERRARI JÚNIOR
Líder do PRN

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Pelo presente, na qualidade de Líder da Bancada do PRN, venho indicar os Deputados Luciano Pizzatto e David Cheriegate, para ocupar respectivamente os cargos de Titular e Suplente na CPI, sobre eventuais irregularidades na área fazendária e sistema financeiro estadual.

Reiterando a Vossa Excelência, manifestações de apreço e consideração, subscrevo-me.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) FERRARI JÚNIOR
Líder do PRN

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1275

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei n° 390/89, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Engenheiro ALEXANDRE FONTANA

BELTRAO.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) RAFAEL GRECA.

REQUERIMENTO N° 1307

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Casa, vem perante a mesa REQUERER após ouvido o Plenário, que o Projeto de Lei n° 294/90, que institui o Programa "Semear Transportes", seja apreciado em Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) RUBENS BUENO.

Apoiamento: Raul Lopes, Hermas Brandão, Nelson Vasconcellos e Antônio Annibelli.

REQUERIMENTO N° 1276

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, REQUERER, ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 33/90, de sua autoria, que trata da Lei do Cidadão Senior do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 1296

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a INCLUSÃO NA ORDEM DO DIA e PARECER DA COMISSÃO GERAL do VETO, aposto ao Projeto de Lei n° 233/90, na próxima sessão ordinária, do dia 17 de maio de 1990.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 1297

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário a inclusão do Projeto de Lei n° 264/89, na pauta da sessão plenária de 16 de maio de 1990.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO N° 1277

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n. 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1300

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n. 289/90.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1288

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário retirar da Ordem do Dia, antes de discussão e votação, o Projeto de Lei n. 85/90, por 3 (três) sessões.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) HERMAS BRANDAO

REQUERIMENTO N° 1289

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário a Constituição da Assembleia. Em Comissão Geral de Plenário, para o próximo dia 15 de maio de 1990, durante a sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei Complementar n. 083/89 e ao Projeto de Lei n. 322/89.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO N° 1298

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário a constituição de Comissão Especial, composta de 03 (três) Deputados, para acompanhar a situação dos hospitais: Navegantes, de Matinhos e Dr. Sílvio Bittencourt Linhares, de Antonina, atualmente ameaçados de fechamento pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Em reunião realizada nas dependências deste Poder com a presença de uma comissão de funcionários dos hospitais e do Sindicato dos Servidores da Saúde, em 15 de maio de 1990, tomamos conhecimento das dificuldades por que passam estes estabelecimentos de saúde, assim como da proposta da Secretaria da Saúde de proceder ao fechamento destes hospitais, que prestam relevantes serviços às comunidades de Matinhos e Antonina.

Por outro lado, soubemos que a Secretaria da saúde pretende transferir, através de comodato, estes hospitais para as prefeituras municipais, os quais seriam administrados através de co-gestão com a comunidade, além do interesse da Secretaria em demitir os servidores dessas instituições.

Entendemos que nem a Prefeitura Municipal ou a comunidade podem arcar com o ônus financeiro advindo da manutenção dos referidos hospitais, e, por não concordarmos com tal política de saúde que faz com que o Estado fuja à responsabilidade de atendimento nesta área, é que propomos a formação desta Comissão para que possamos acompanhar o desenvolver dos fatos.

REQUERIMENTO N° 1305

Senhor Presidente.

Comunico que conforme reunião convocada com os relatores, dia 15.05.90 às 10.30 horas, na sala das comissões, os Projetos de Lei n. 77/90; 220/90 e 277/90 não apresentaram emendas, e desta forma estão liberados para serem apreciados em plenário desta Casa.

Quanto ao Projeto de Lei n. 262/90, o mesmo recebeu 343 emendas, que estão sendo analisadas pelo Deputado José Rogério, com prazo de 48 horas, devendo estar o referido parecer concluído até dia 18.05.90, sexta-feira pela manhã.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 1270

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e Parlamentares, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Dr. José Hamilton R. Córdova, médico radicado em Curitiba e membro de tradicional família do Paraná, ocorrido nesta segunda-feira dia 14.05.90.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

O registro solicitado prende-se ao fato de que o Dr. José Hamilton Córdova, precocemente deixou este mundo após prestar relevantes serviços à comunidade paranaense, na área médica. Ressalta-se, que o extinto Dr. Córdova prestou seus serviços como médico especialista em Ortopedia por vários anos no conceituado Hospital São Lucas, na Capital do Estado.

REQUERIMENTO N° 1272

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja con-

signado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Przybysz, ocorrido na cidade de Mallet, dia 05 de maio corrente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 05.05.90, faleceu em Mallet, o Senhor Pedro Przybysz, com idade de 84 anos.

O extinto deixou 09 filhos, dentre os quais o Senhor Silvestre Gabriel Przybysz, Vice-Prefeito de Mallet, 38 netos e 22 bisnetos.

O passamento do Senhor Pedro Przybysz veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos entre eles, este Deputado.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos tem muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu Servo PEDRO.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família PRZYBYSZ, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1286

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro em Ata da presente sessão, de votos de congratulações em manifestações de regozijo pela data que assinala a 15 de maio do ano em curso as comemorações alusivas ao 20º Aniversário da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, manifestações que atribui às pessoas do Excelentíssimo Senhor João Lubczyk, Magnífico Reitor, ao Ilustríssimo Senhor Lauro Fanchin, Mui Digno Vice-Reitor, Ilustríssimo Senhor Álvaro Benedito di Piero, Mui Digno Pró-Reitor de Assuntos Administrativos, Ilustríssimo Senhor Antônio Carlos Schafanski, Mui Digno Pró-Reitor de Graduação, Ilustríssimo Senhor Fernando Pilatti, Mui Digno Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Ilustríssimo Senhor José Hyczy Fonseca, Mui Digno Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Culturais, Ilustríssimo Senhor Roberto Frederico Merhy, Mui Digno Diretor do Setor de Ciência Exatas e Naturais, Ilustríssimo Se-

nhor João Carlos Gomes, Mui Digno Diretor do Setor de Ciências Biológicas e da Saúde, Ilustríssimo Senhor Hélcio de Oliveira Ladeira, Mui Digno Diretor do Setor de Letras e Ciências Humanas, extensivos ao Corpo Docente, Discente e Administrativo, pela significativa e inestimável contribuição emprestada àquela Instituição Superior.

Ensejando essa magna data, que para todos é motivo de orgulho e de satisfação, não poderia o Parlamentar deixar de render a sua homenagem a esse Insigne Monumento da Cultura paranaense, por onde tantas e tantas ilustres figuras passaram e a ele devem o seu reconhecimento e gratidão.

Assim, pelo profundo significado deste dia, houve por bem, registrar o seu histórico, que pela sua essência, traduz parte da história do próprio Ensino paranaense.

"A Universidade Estadual de Ponta Grossa, criada através da Lei Estadual n. 6034, de 06 de novembro de 1969, e do Decreto n. 18.111, de 28 de janeiro de 1970, resultou a incorporação das Faculdades Estaduais já existentes e que funcionavam isoladamente. Eram elas, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, criada pelo Decreto Estadual n. 8.837, de 08 de novembro de 1949, e reconhecida pelo Decreto Federal n. 32.242, de 10 de fevereiro de 1953; a Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, criada pela Lei n. 921, de 16 de novembro de 1952, reconhecida pelo Decreto Federal n. 40.445, de 30 de novembro de 1956, posteriormente desmembrada na Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa, e Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa, através da Lei n. 5.261, de 13 de janeiro de 1966; a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, criada pela Lei n. 2.179, de 04 de agosto de 1954, e reconhecida pelo Decreto Federal n. 50.355, de 18 de março de 1961; e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa, criada pela Lei n. 03/66, de 12 de janeiro de 1966, e reconhecida pelo Decreto Federal n. 69.697, de 03 de dezembro de 1971. A personalidade Jurídica de cada uma dessas unidades isonadas foi extinta no ato da criação da Universidade sob o regime de Fundação de Direito Público.

Fundindo-se na estrutura universitária implantada, foi reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto n. 73.269, de 07 de dezembro de 1973 que, simultaneamente, aprovou o seu Estatuto, o Regimento e o Plano de Reestruturação.

O início das atividades da Universidade Estadual de Ponta Grossa foi assinalado pela posse do Professor Alvaro Augusto Cunha Rocha, titular da disciplina de Direito Processual Civil, no cargo de Reitor e

do Professor Odeni Villaca Mongruel, titular da disciplina de Química Orgânica, para o cargo de Vice-Reitor, ambos nomeados pelo Senhor Governador do Estado Dr. Paulo Cruz Pimental, pelo Decreto n° 20.056, de 06 de maio de 1970.

A segunda gestão teve início quando o Senhor Governador Dr. Emílio Hoffmann Gomes, assinou o Decreto n. 5.585, de 12 de junho de 1974, nomeando para o cargo de Reitor o Professor Odeni Villaca Mongruel, titular da disciplina de Química Orgânica que até então exercia o cargo de Vice-Reitor, e o Professor Daniel Albach Tavares, titular da disciplina de Geografia Física, que vinha desempenhando a função de Diretor Geral de Assuntos Acadêmicos, para o cargo de Vice-Reitor, ambos empossados no dia 20 de junho de 1974.

Tendo em vista a sua candidatura a uma cadeira no Legislativo Estadual, o Professor Odeni Villaca Mongruel renunciou ao cargo de Reitor, no dia 13 de maio de 1978, assumindo interinamente, a Reitoria, o Professor Daniel Albach Tavares, que foi, posteriormente, nomeado "pro-tempore" pelo Decreto Estadual n. 5.084, de 13 de junho de 1978.

A terceira gestão iniciou no dia 28 de março de 1979, com a nomeação do Professor Daniel Albach Tavares, para o cargo de Reitor, através do Decreto Estadual n. 177, assinado pelo Governador Ney Braga. A nomeação do Professor Waldir Silva Capote, para o cargo de Vice-Reitor ocorreu no dia 31 de maio de 1979, através do Decreto Estadual n. 591.

Pelo Decreto 226, de 29 de março de 1983, o Governador José Richa nomeou o Professor Ewaldo Podolan da disciplina de Direito Processual Civil, para o cargo de Reitor, dando início à quarta gestão administrativa da Instituição.

A nomeação do Professor João Lubczyk, titular da disciplina de Biogeografia, para o cargo de Vice-Reitor, ocorreu através do Decreto n. 1007, de 20 de junho de 1983.

Os dirigentes na quinta gestão da Instituição são os Professores João Lubczyk, titular da disciplina Biogeografia - Reitor -, e Lauro Fanchin, titular da disciplina Prática do Ensino de Matemática - Vice-Reitor -, nomeados pelo Decreto n. 106, de 19 de março de 1987, pelo Governador Álvaro Dias. É importante observar que foram estes os primeiros dirigentes eleitos por voto direto da comunidade universitária.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência àquela Instituição, no seguinte endereço: Praça Santos Andrade, s/n° - Cx. Postal 992-993 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1302

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo VOTOS DE CONGRATULAÇÕES ao Senhor PEDRO SAMPAIO.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

No dia 14 próximo passado o senhor Pedro Sampaio transmitiu, em cerimônia na sede da Legião Brasileira de Assistência, LBA, o cargo de Superintendente Regional.

Ao deixar o cargo para sua sucessora, o senhor Pedro Sampaio o faz com galhardia e honra, eis que sua gestão à frente do órgão foi marcada pela lisura e correção, além de uma profunda preocupação em levar a cabo projetos com a finalidade de promover o cidadão paranaense, garantindo-lhe dignidade e respeito.

O presente VOTO representa os cumprimentos do Poder Legislativo pela forma como o senhor Pedro Sampaio conduziu, por vários anos, a política de ação social da LBA no Paraná.

REQUERIMENTO N° 1303

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo VOTOS DE CONGRATULAÇÕES à Senhora AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA, pela assunção da Superintendência Regional da Legião Brasileira de Assistência, LBA.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

A nova Superintendente Regional da LBA, Amélia Hruschka, Deputada licenciada, é pessoa intimamente ligada à questão social, tendo larga atuação nesse campo, buscando, sempre, a promoção do cidadão paranaense.

Amélia Hruschka assume a direção da LBA no Paraná com o propósito de seguir as metas propostas pela presidente das instituições, Rosane Collor, que prioriza a saúde materno-infantil através de um programa de complementação alimentar de gestantes, nutrízes e de crianças até 14 anos. Outro ponto que deverá ser colocado em prática pela nova superintendente é a política de contenção de despesas. Para isso, Amélia Hruschka já promete um levantamento em toda a estrutura da LBA no Estado, para saber se existem funcionários ociosos e não descarta a possibilidade de demissões.

Temos certeza de que a gestão da Senhora Amélia Hruschka será timbrada pelo seu dinamismo e competência peculiares e marcada por profícuos empreendimentos com resultados para a política social no nosso Estado.

Que do teor do presente seja dada ciência à Senhora Rosane Collor, primeira-dama da República e Presidente da LBA.

REQUERIMENTO N° 1293

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER a Casa, manifestação junto ao Senhor Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, Capital, nos termos abaixo, em defesa dos sojicultores paranaenses que estão sendo lesados pela Indústria de Óleos Pacaembu, em montante superior a Cr\$ 500 milhões. Ocorre que mais de quatro mil pequenos e médios produtores da região Oeste do Paraná consignaram cerca de um milhão de sacas em depósito junto a essa empresa, para posterior venda pela melhor cotação. A Pacaembu, sem liquidar as operações com os produtores, industrializou a soja e exportou os derivados via Porto de Paranaguá, ou está procedendo a tais operações; ao tempo em que impetrou concordata em sua sede na Capital Paulista, com o que forçaria os sojicultores paranaenses a se tornarem credores dentro da concordata, impossibilitando-os de receber desde logo os valores a que teriam direito, ou então a devolução da mercadoria consignada.

Os prejuízos seriam brutais, acarretando uma crise geral na economia do Oeste do Paraná e, de imediato, prejudicando a capacidade de plantio da próxima safra de trigo, no inverno, agravando a já difícil situação da agricultura paranaense.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) WERNER WANDERER.

REQUERIMENTO N° 1284

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Carlos Chiarelli, Ministro de Estado da Educação, o seguinte TELEX.

Senhor Ministro:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, respeitosamente, vem a Vossa Excelência demonstrar a preocupação quanto à regularização do fornecimento de merenda escolar aos estudantes matriculados nas escolas da Rede Oficial do Ensino.

A informação de que esta regularização só vai ocorrer, realmente, no mês de agosto próximo vindouro nos lança uma perspectiva preocupante com relação às milhares de crianças provenientes de famílias carentes que dependem dessa complementação

alimentar fornecida pela escola.

Bem sabemos que não se trata de função latente da escola, mas, também, bem sabemos que o binômio econômico-social nos revela um quadro preocupante com relação à infância e à adolescência brasileira, necessitadas do socorro do Poder Público, inclusive, como forma de cumprir o que dispõe a nossa Constituição.

Um "Brasil Novo" só existe com a esperança.

Não há esperança onde há fome e nem esperança pode haver onde as crianças são impedidas de aprender pela desnutrição e subnutrição.

A Reconstrução Nacional passa pelo forjamento de novas perspectivas de futuro.

Um "Brasil Novo" não pode trabalhar com a hipótese de uma geração sub-humana, onde a falta de condições econômica foi determinante para a alienação do processo social.

O "Brasil Novo" tem de ser de todos.

Não coexiste prosperidade com miséria.

Não coexiste "novidade" com fome.

O velho é a fome e a "novidade" é a vida.

Com o não recebimento dos produtos adquiridos pelo MEC/FAE a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, fica impedida de dar prosseguimento ao programa de merenda escolar que desenvolve em conjunto com todos os municípios do Estado.

As crianças aguardam a liberação dos recursos para compra da comida. Lamentavelmente a fome não aguarda nada para lhes arrebataram a capacidade de aprender.

A fome não aguarda nada para lhes arrebataram o futuro.

As crianças paranaenses querem a vida e o futuro e esperam a chance de agradecer ao governo federal por não lhes ter roubado isso.

Aguardamos, Senhor Ministro, as providências decorrentes da sua sensibilidade e aguda responsabilidade política e social como homem que exerce um mandato Executivo e representa o povo nas suas aspirações e necessidades.

Atenciosamente;

Deputados Estaduais do Paraná

Requer, ainda, que do teor do presente, dê-se ciência à Senhora Secretária da Educação, Professora Gilda Poli, e ao Senhor Superintendente da FUNDEPAR, Luiz Alberto Pinto de Carvalho.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 1271

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, envio do ofício ao Excelentíssimo Senhor Fernando Xavier Ferreira, Diretor Presidente da Telepar solicitando a implantação do sistema DDD no Distrito de Paulistânia, município de Alto Piquiri.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação fundamenta-se no fato de que os moradores de Paulistânia, visam uma solução dos problemas que enfrentam no sistema telefônico da localidade.

Reivindicam então a Telepar o início de uma etapa de estudos que viabilizam a implantação do sistema DDD, em virtude da estrutura atual não atender as necessidades do Distrito.

Esta solicitação é uma velha aspiração dos paulistânios que, uma vez concretizado facilitará os meios de comunicação.

REQUERIMENTO N° 1273

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam remetidos ofícios ao Governador do Estado do Paraná ao Presidente do Tribunal de Justiça e todos os Desembargadores, ao Procurador Geral da Justiça, com ciência aos Prefeitos, Vereadores e Membros dos Diretórios Políticos das cidades de São João e São Jorge D'Oeste, solicitando celeridade na Criação e Instalação da Comarca de São João.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

Através de ofício encaminhado pela Câmara Municipal de São João, os Vereadores afirmam a preocupação de toda Municipalidade, quanto à morosidade na Criação e Instalação da Comarca de São João, processo a vários anos tramitando no egrégio Tribunal de Justiça, que viria beneficiar não só o município de São João, mas também o município de São Jorge D'Oeste, hoje pertencente à comarca de Chopinzinho, a qual encontra-se com sobrecarga de processos, sem condições de agilizar o acúmulo, transtornando os trabalhos Judiciais.

Sabedores da constante preocupação de Vossas Excelências, em levar a Justiça a todos os cidadãos de forma ágil e eficaz. Toda comunidade, os municípios citados e em especial a Câmara de Vereadores de São João, representantes da sociedade, aguardam ansiosos o atendimento a tão nobre benefício.

REQUERIMENTO N° 1274

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a doação de 1.000 (um mil) cartazes alusivos ao Concurso Nacional de Contos e Poesias para Funcionários Públicos, através da gráfica deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

O Concurso Nacional de Contos e Poesias para Funcionários Públicos é uma iniciativa da Associação dos Servidores desta Casa de Leis.

No mês de junho do ano de 1988 foi lançado o 1° Concurso de Contos e Poesias para Funcionários Públicos do Estado do Paraná. A promoção contou com a participação de centenas de funcionários públicos do nosso Estado, e o resultado do concurso mereceu a publicação de um livro, intitulado "Assim Escrevem os Funcionários Públicos do Estado do Paraná". Pela primeira vez na história do funcionalismo público estadual, dezenas de funcionários públicos tiveram a oportunidade de verem suas obras publicadas, seus trabalhos premiados e reconhecidos publicamente. A iniciativa da ASALEP é pioneira em todo o país, fato que se constitui numa honra para os integrantes deste Poder Legislativo.

Diante do sucesso inegável dessa iniciativa, decidiram, os organizadores do evento citado, promoverem o referido concurso desta vez a nível nacional. Desta forma o Paraná se transforma num referencial cultural para o funcionalismo público de todo o Brasil.

A Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa - ASALEP, não dispõe de recursos financeiros para arcar com as despesas de publicação do cartaz alusivo ao evento, necessário na divulgação e no sucesso a promoção. Portanto, é necessário o apoio deste Poder Legislativo nesta atividade cultural de vulto nacional que beneficiará não só o funcionalismo público de todo o país, mas também a própria cultura nacional.

REQUERIMENTO N° 1268

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao DNAEE, solicitando agilização na elaboração do Decreto que regulamente as Leis n°s 7.990 e 8.001, que tratam do pagamento de "royalties".

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO N° 1269

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e Parlamentares, REQUER, após ouvido o Dou- to Plenário, o envio de expediente ao Con- córdia Piscina Clube, de Concórdia-SC., parabenizando-o pelos feitos de seu atleta tenista EDUARDO FURNALETTTO, de apenas 11 anos de idade.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

São conhecidas as dificuldades que se emprestam ao desenvolvimento do esporte amador em nosso País. A cultura futebolís- tica amalhou desde cedo as simpatias da Nação, e os investimentos, durante largo período, foram-lhe exclusivos. É inegável que há uma década, ao menos, a consciência esportiva despertou para os esportes ama- dores. E, nesse contexto, interiorizou-se e fez-se realidade.

Foi assim, ao léu de tempos esportivos novos que o Concórdia Piscina Clube, de Concórdia-SC, passou a investir, e o co- roamento de seus esforços, deu-se no do- mingo passado quando, EDUARDO FURLANETTO, de apenas 11 anos de idade, em um torneio realizado em Florianópolis, entre 143 te- nistas do Sul do País, sagrou-se campeão. São conquistas desta natureza que, ao rea- lizarem as expectativas dos esforços que se empreende, avançam na empolgação e no objetivo de novas metas. Tanto quanto apresenta-se cumprimentos à Sociedade do Concórdia Piscina Clube, enalteça-se o es- pírito empreendedor e abnegado de seu atleta lançado, Eduardo Furlanetto dese- jando-lhe que esse tenha sido somente o marco de uma trajetória jubilosa.

REQUERIMENTO N° 1278

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislati- va do Estado do Paraná REQUER, após mani- festação do Plenário, seja oficiado ao Ex- celentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública Dr. JOSÉ MOACIR FA- VETTI, solicitando construção de módulo policial no distrito de Cafezal município de IPORÃ.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a distância considerá- vel entre o distrito de Cafezal e a sede do Município, o serviço realizado pela Po- lícia Militar tem sido significativamente prejudicado, em face das dificuldades de deslocamentos constantes até Cafezal.

Esse fato tem provocado apreensão na comunidade local que não se sente adequa- damente protegida. Em consequência mani- festa-se reiteradamente no sentido de que

se construa módulo policial naquele dis- trito.

Por ser de importância ímpar o solici- tado, é que trago o mesmo à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 1279

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislati- va do Estado do Paraná REQUER, após mani- festação do Plenário, seja oficiado a Ex- celentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando construção de muro na Escola Estadual Souza Naves e no Colégio Estadual Tiradentes, no município de IPO- RÃ.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão em tela, ten- do em vista que os referidos estabeleci- mentos de ensino, têm sido alvo de reite- rados atos de vandalismo, com prejuízos materiais consideráveis, além de pôr em risco a integridade física dos alunos, professores e funcionários.

De forma a proporcionar maior seguran- ça aos alunos e comodidade à população, urge seja construído muro de proteção aos citados estabelecimentos.

Por ser de importância ímpar o solici- tado, é que trago o mesmo à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 1280

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislati- va do Estado do Paraná REQUER, após mani- festação do Plenário, seja oficiado ao Ex- celentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura OSMAR DIAS, solicitando a instalação de Mercado Popular na Cidade de IPORÃ.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Considerando o elevado custo da cesta básica, em face da espiral inflacionária, a população necessita urgentemente de uma alternativa, de forma a viabilizar-lhe à aquisição dos elementos necessários, haja vista que com a defasagem salarial não lhe é mais possível adquiri-lo aos altos pre- ços praticados no mercado.

Por ser de importância ímpar o solici- tado à comunidade, é que trago o mesmo à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 1281

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Justiça do Estado do Paraná, Expediente Oficial do Poder Legislativo solicitando as providências necessárias quanto às denúncias de constrangimento de funcionários na Prisão Provisória de Curitiba (Ahú).

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Segundo nos relataram servidores daquele estabelecimento prisional, o Chefe de Segurança resolveu mudar o sistema de revista aos funcionários, adotando algumas normas meio autoritárias.

Os funcionários reclamam que estão sendo vigiados mais do que os próprios detentos. O novo chefe de segurança não permite que os funcionários entrem com absolutamente nada para o expediente de trabalho. Nem o sagrado "lanchinho" das funcionárias foi perdoado - não se pode levar sequer uma fruta para dentro do serviço.

A água do prédio - todos reclamam - não é potável e, por isto, há anos, os funcionários levam água filtrada das suas casas, em garrafinhas, para o consumo diário. Não pode mais. Tudo tem de ser deixado na parte anterior do presídio.

Poucos sabem, mas a ala administrativa é separada da ala de reclusão, onde ficam as celas, por alguns metros, razão pela qual os funcionários costumam levar os seus guarda-chuvas e sombrinhas para os dias de chuva. Também não podem mais - tem de se molhar.

As funcionárias mais vaidosas foram impedidas de carregar o pó-de-arroz, baton, e outros cosméticos, além do desodorante, por mais quente que esteja o dia.

Em resumo, a Prisão Provisória de Curitiba, Ahú, ao invés de suprimir a liberdade dos criminosos, castiga os funcionários.

Alguns servidores antigos da Secretaria da Justiça estão revoltados e nos procuram para reclamar, também, das revistas constrangedoras.

Em que pese a periculosidade daquele recinto, não se pode jamais, constranger os servidores que lá estão lotados, inclusive, tolhindo-os da liberdade.

Temos certeza de que o Senhor Secretário de Estado da Justiça, Professor Odeni Mongruel, homem sensível e competente, saberá aquilatar os problemas decorrentes do "excesso de zelo" do senhor chefe de segurança da Prisão Provisória, apelando para que seja dispensado um tratamento mais polido com relação aos distintos servidores

do estabelecimento, pessoas que optaram pelo serviço público carcerário, mas que, contudo, não podem ser encarcerados como se marginais fossem, até porque estes eles têm que vigiar e, exatamente por isso, não podem ser tratados como tal.

REQUERIMENTO N° 1282

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o douto Plenário, seja enviado Expediente Oficial do Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR, gerenciando pela instalação de um telefone público comunitário na Rua "T", esquina com a Estrada Velha do Barigui, em frente ao novo Colégio que está sendo construído, na Vila Sabará.

Sala das Sessões, em 15.05.90

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Conforme poderá ser avaliado pelos termos do abaixo-assinado em anexo, os moradores da Vila Sabará reivindicam a instalação de tal aparelho como forma de minimizar as dificuldades encontradas quando da necessidade de um serviço de comunicação mais fácil.

Na situação de emergência (polícia, Corpo de Bombeiros, ambulância, etc) não raramente os moradores perecem por falta de atendimento, já que inexistente na localidade aparelho telefônico.

É preciso atentar para o detalhe que a região é habitada por pessoas de baixa renda que, realmente, não dispõem de meios para aquisição de uma linha telefônica.

Temos certeza de que a Diretoria da TELEPAR, sempre solícita e eficiente, tomará as providências para o levantamento de possibilidades e conseqüente concretização da solicitação.

REQUERIMENTO N° 1283

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, seja enviado Expediente Oficial do Poder Legislativo à Companhia Paranaense de Energia Elétrica, COPEL, gerenciando pela instalação de rede de iluminação pública no Recanto dos Papagaios, em Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 15.05.90

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

É simplesmente injustificável que num Estado que conta com uma Companhia de Energia Elétrica tão competente e reconhecidamente capacitada como a COPEL, que levou a energia elétrica aos mais recônditos

pontos do Paraná, haja uma localidade tão próxima da sede da Empresa que não conte com o benefício da iluminação pública.

Inúmeras pessoas que moram no Recanto dos Papagaios, em Almirante Tamandaré, trabalham e/ou estudam em Curitiba e, por isso, saem de suas residências bem cedo e a elas só retornam ao anoitecer. Neste trajeto, pela inexistência da iluminação pública, correm o risco de assalto e outras formas de violência.

Por estas razões, temos certeza, a COPEL não medirá esforços no sentido de viabilizar esta importante conquista para a comunidade do Recanto dos Papagaios.

Maiores detalhes para a execução da obra podem ser obtidos diretamente junto ao Senhor Roberto Perussi, digníssimo Prefeito de Almirante Tamandaré, cuja gestão tem sido marcada pelo dinamismo e capacidade de efetivar essas conquistas para o povo tamandareense.

Que do teor do presente dê-se ciência à Prefeitura Municipal e aos Senhores Vereadores de Almirante Tamandaré.

REQUERIMENTO N° 1299

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, pedido de informações, para que esclareça este Poder Legislativo sobre os seguintes quesitos:

1) quantas emissões de Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná foram feitas durante o Governo Álvaro Dias;

2) qual o valor de cada emissão e qual o destino dado aos recursos arrecadados;

3) foi o produto da colocação dos Títulos da Dívida Pública do Estado do Paraná alocado ao Fundo de Desenvolvimento Econômico-FDE, conforme determina o art. 3° da Lei n° 8.212, de 30 de dezembro de 1985?

4) nos termos do que dispõem os parágrafos primeiro e segundo, do mesmo art. 3° da mencionada Lei n° 8.212/85, foram os recursos oriundos dos Títulos da Dívida Pública do Estado, destinados a empréstimos ao setor produtivo privado do Estado e os respectivos programas de financiamento foram apreciados pela Comissão de que trata o § 2°, do art. 3°, da mencionada Lei.

Em caso de resposta afirmativa ao último quesito, requeremos, também, nos seja enviada cópia autenticada das Atas da Reunião da Comissão em que foi autorizada cada operação.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) HERMAS BRANDÃO.

Apoiamento: NEREU CARLOS MASSIGNAN e ANIBAL KHURY.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 057/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Fica susgado, nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 54 da Constituição Estadual, o Processo de Ação Penal, objeto de citação oficiada pelo Tribunal de Justiça sob o n° 90/90, Denúncia Crime n° 10633-2 em que é indiciado o DEPUTADO JOSÉ FELINTO.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Tribunal de Justiça da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

COMISSÃO EXECUTIVA

PROPOSIÇÃO N° 59/90

PARECER:

- A presente proposição, de autoria do Tribunal de Justiça, ofício n° 90/90, visa solicitar autorização da Assembléia para o processamento da Denúncia Crime n° 10633-2, contra o Deputado José Felinto.

- Visto ainda não estarem instaladas as Comissões permanentes desta Casa, ouve por bem esta Comissão Executiva apresentar o presente Projeto de Resolução.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 302/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder benefícios fiscais e estímulos creditícios a empresas que preencham no mínimo, 10% (dez por cento) de seus quadros de pessoal com menores carentes e os deficientes físicos e sensoriais (cegos e surdos-mudos) encaminhados por instituições de assistência, mantidas pelo Poder Público Estadual.

Parágrafo Único- Equiparam-se às Instituições Oficiais de atendimento ao menor e aos deficientes físicos e sensoriais (cegos e surdos-mudos) as entidades particulares que estejam conveniadas com o Estado ou mantenham registro na Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, ou órgão que lhe venha a suceder, com o mesmo propósito assistencial educativo.

Art. 2º - Os benefícios fiscais, referidos no artigo 1º, serão representados por prazos especiais para o recolhimento de impostos e taxas, devidos ao Estado, ou por redução dos respectivos valores ou alíquotas.

Art. 3º - Os incentivos creditícios serão representados por prioridade na concessão de empréstimos, assim como diferimento de taxas privilegiadas nas operações de crédito realizadas pelas empresas credenciadas junto a estabelecimento de crédito oficial, cujo acionista majoritário seja o Estado do Paraná.

Art. 4º - A habilitação das empresas processar-se-á junto à Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, ou órgão que lhe venha a suceder, por períodos renováveis não superiores a 06 (seis) meses.

Art. 5º - Só serão considerados, para efeito de cálculo, os menores e os deficientes físicos e sensoriais (cegos e surdos-mudos), contratados nos termos da Legislação Trabalhista e Previdenciária em vigor.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Rotineiramente somos advertidos pela imprensa escrita, falada e televisada com notícias sobre a aflitiva situação do menor. Pesquisando fatos sobre a falta de segurança pública, facilmente constatamos que a grande maioria dos infratores foram menores carentes, muitas vezes, oriundos de instituições mantidas pelo Estado.

Constatamos, também, que essas instituições públicas e privadas vivem extremas dificuldades, tornando-se, por vezes, verdadeiros depósitos de menores carentes, primeiro passo à marginalização e à criminalidade.

Preocupa-se o Estado em manter órgãos de atendimento, não só para cumprir o que preceitua o dispositivo Constitucional, mas também na esperança de educar, reeducar e integrar esses menores na Sociedade, onde deveriam ser forças produtivas e nunca agentes de agressão.

Gasta-se milhões de cruzeiros para lhes fornecer alimentação, habitação, vestuário, recreação, assistência à saúde e escolaridade, sem que possam retribuir com seu trabalho ou desenvolver condições para tal, o que, num futuro próximo, lhes será exigido para o seu próprio sustento e auto-afirmação pessoal. Seria enfadonho trazer, nesta justificativa, conhecidos dados estatísticos que referem carência, abandono e criminalidade.

Pretende-se, com este Projeto de Lei,

criar estímulos ao empresariado paranaense, para que possa oferecer oportunidades de trabalho a menores carentes, colaborando, dessa forma, com a sociedade para diminuição dos índices de marginalização do Estado e, sobretudo, para a promoção de centenas de milhares de jovens paranaenses. Ocorrendo essa situação, certamente, os incentivos criados em forma de participação do Estado, serão de valor financeiro sensivelmente inferior àqueles que o Estado dispenderia com internatos e até penitenciária. O valor humano seria incomensurável.

Espera-se, com este Projeto de Lei, contribuir não só para a integração social do menor carente, mas também para oportunizar ao Estado o atendimento de milhares de adolescentes desassistidos, que clamam diuturnamente por amparo e oportunidade. Da mesma forma, contempla, preferencialmente, pequenas e médias empresas, assim como organizações econômicas que absorvem contingentes de trabalhadores.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 303/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado "ad-referendum" do resultado do plebiscito, o Município de PARANÁ D'OESTE, com território desmembrado do município de Moreira Salles, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas assim especificadas:

"Começa no Rio Goioerê, no ponto de encontro da linha de divisa entre as Glebas 11 e 12 da Colônia Goioerê, subindo o referido Rio Goioerê até a foz do Arroio Água Grande, pelo qual sobe até encontrar a linha de divisa intermunicipal Moreira Salles-Goioerê, deste ponto segue pela referida divisa rumo Noroeste contornando a área da cidade de Paraná do Oeste até o seu cruzamento com a linha de divisa das Glebas 11 e 12, de onde segue pela referida divisa rumo Norte até o Rio Goioerê, ponto de partida."

MEMORIAL DESCRITIVO DO MUNICÍPIO DE PARANÁ DO OESTE PERÍMETRO URBANO

"Inicia no entroncamento das Ruas 1º de Maio e Piquiri. Segue pela Rua Piquiri até a rua 19 de Dezembro, segue por esta até a Rua América, por esta até a Rua 1º de Maio, por esta até o entroncamento com a Rua Piquiri, ponto inicial e final."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O município que se pretende criar reúne condições quanto aos aspectos de natureza social, política, econômica e urbana, capazes de lhe assegurar vida autônoma.

Tais perspectivas advêm de fatores que vêm contribuindo para que constitua-se numa promissora potência municipal, dada a sua pujança econômica, calcada, por excelência, na agricultura.

Outrossim, a criação do município de Paraná do Oeste é um fato que se alicerça no próprio reclamo de sua comunidade, além de consagrar uma das formas de aperfeiçoar o desenvolvimento geral do Estado, pela possibilidade de melhor otimização administrativa das áreas que o constituem.

Preenchendo as condições legais e dispondo de recursos próprios para dar suprimento às suas atividades administrativas, é de justiça e de direito que a localidade de Paraná do Oeste seja elevado à categoria de Município, desmembrando-se do município de Moreira Salles, ato que virá configurar-se da maior importância, particularmente por expressar a vontade do povo, de lideranças locais e regionais.

Isto posto, encarecemos a atenção e conseqüente aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, do projeto ora apresentado.

PROJETO DE LEI N° 304/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS OSTOMIZADOS - APO, sociedade civil representativa de classe, com sede e foro à Rua Mal. Floriano Peixoto, 250, 11° andar, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Devidamente registrada sob o n° 1041, do livro A, de Pessoas Jurídicas do 3° Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Reg. Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR, a Associação Paranaense dos Ostomizados, fundada em 20 de janeiro de 1989, preenche, conforme documentação inclusa, todos os requisitos necessários à sua declaração de Utilidade Pública, eis que possui personalidade jurídica, está em efetivo funcionamento, presta desinteressadamente serviços à comunidade, não distribui dividendos ou gratificações a seus associados e não remunera a sua diretoria, além de prestar serviços de assistência social especificamente aos ostomizados, ou seja, pessoas que, através de cirurgia, criam abertura em seu corpo para exteriori-

rização de um órgão, necessitando posteriormente de uso constante de bolsas coletoras.

Merecendo incentivo e aplausos pelos relevantes serviços que vem prestando, justifica-se plenamente seja a Associação Paranaense de Ostomizados declarada de Utilidade Pública, a fim de que possa dar continuidade às suas obras.

PROJETO DE LEI N° 305/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os estabelecimentos de hospedagem no Estado do Paraná, não classificados pelos órgãos reguladores e executores da Política Nacional de Turismo (Dec. Lei Federal n° 55, de 18.11.66), ficam sujeitos ao disposto nesta lei no tocante ao Registro Obrigatório, ao Licenciamento e à Fiscalização dos mesmos.

Art. 2° - O pretendente à hospedagem em Estabelecimento Hoteleiro não classificado pelos órgãos reguladores e executadores da Política Nacional de Turismo, somente poderá ocupar os aposentos que lhe for designado, depois de preencher com clareza e sem vícios a ficha de registro destinada ao controle de entrada e saída de hóspedes ou de moradores, segundo modelo especial estabelecido pela Secretaria de Estado da Segurança pública, emitida exclusivamente pelo FUNREPOL e ao custo por esse fixado, a quem caberá a totalidade da respectiva receita.

Parágrafo Único. Nos meios de hospedagem sujeitos às condições de funcionamento, disciplina, fiscalização e classificação pelos órgãos reguladores e executadores da Política Nacional de Turismo, a ficha de registro de que trata o "caput" deste artigo obedecerá a modelo peculiar e será emitida exclusivamente por aqueles órgãos ao custo por eles fixados, destinando-se-lhes a totalidade da receita auferida.

Art. 3° - A ficha de registro referida no "caput" do artigo anterior, preenchida em duplicata, terá sua primeira via encaminhada à Delegacia de Polícia competente nas vinte e quatro horas seguintes à entrada do hóspede ou morador no estabelecimento, onde ficará arquivada pelo prazo de dois anos.

Parágrafo Único. A ficha de que trata este artigo, será encaminhada aos órgãos executadores da Política Nacional de Turismo, na forma e nos prazos estabelecidos em regulamentos próprios, assegurado aos órgãos policiais, para os fins deste artigo, o acesso às informações nelas contidas.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

Decreto-Lei Federal nº 55, de 18.11.66, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, criando o Conselho Nacional de Turismo - CNTur e a Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, dando-lhes competência para expedir normas de disciplina e fiscalização, baixar resoluções, atos e instruções, bem como executar as diretrizes do Governo Federal sobre as atividades turísticas.

Esse decreto foi regulamentado pelo de nº 60.224, datado de 16.02.67.

A Lei nº 6505, de 13 de dezembro de 1977, dispondo sobre as atividades e serviços turísticos e estabelecendo condições para o seu funcionamento e fiscalização, alterou o Decreto-Lei nº 1439, de 30 de dezembro de 1975, através do qual é a EMBRATUR competente para promover a classificação dos estabelecimentos turísticos, que na forma do art. 7º, da Lei nº 6505/77, exerce os poderes de fiscalização conferidos à união, seja diretamente ou por intermédio de órgão ou entidades públicas.

Essas atividades, por delegação, são exercidas no Estado do Paraná pela Diretoria de Turismo da Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, vinculada ao Secretário Especial de Esporte e Turismo do Estado.

A repartição das atividades policial e turística, justifica-se pela especificidade de cada qual, que têm preocupações e objetivos diversos. Os dados constantes de uma ficha, exceto a identificação do hóspede, são diversos e próprios a cada atividade, razão pela qual distintas devem ser aquelas. Não se justifica, por outro lado, que nos estabelecimentos hoteleiros classificados pelo Governo Federal, sejam hóspedes submetidos ao preenchimento de dois cadastros, via ficha policial e Nacional de Registro de Hóspedes; o dessa é suficiente. O projeto prevê o acesso dos órgãos policiais aos dados constantes da Ficha Nacional, a fim de suprir o escopo da lei: controle de entrada e saída de hóspedes, sua movimentação.

O projeto é instrumento de aperfeiçoamento de ambas as atividades, tornando-as mais dinâmicas, mais alertas e desburocratizantes.

É com essas motivações e fundamentos que submeto aos meus eminentes Pares o presente projeto de lei que espero contar com o seu essencial apoio, incondicionalmente.

PROJETO DE LEI Nº 306/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado "ad-referendum" do resultado do plebiscito, o Município de MALU, com território desmembrado do município de Terra Boa, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas assim especificadas:

"Ponto de partida na foz do Rio Claro no Rio Ivaí. Sobe pelo Rio Claro até a divisa reta e seca com o Município de Engenheiro Beltrão, segue por esta e pela divisa entre os Lotes Rurais 310/A, 221, 206, 205, 190 e 1 (todos inclusive) com os Lotes Rurais 329, 335, 342, 343, 351 e 358 (todos exclusive) até o Ribeirão Ibertiogã, sobe por este até a divisa entre os Lotes Rurais 466 (inclusive) com 96 (exclusive) segue por esta até a Estrada Palmeira, e por esta até a divisa reta e seca com o Município de Jussara, segue por esta até o rio Ivaí, sobe por este até a foz do Rio Claro, ponto de partida."

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE MALU

"Começa na saída para Terra Boa, no cruzamento da Rua Santo Antônio, segue daí pela rua Santo Antônio rumo Oeste, atravessando a Rua Palmital até encontrar o canto da data nº 01 da Quadra nº 16, segue daí rumo Norte contornando os lotes da Quadra nº 16, 13, até encontrar a Rua Paraná, daí por esta rumo Leste até encontrar a Rua Presidente Castelo Branco, na saída para Maringá. Junto à Rua Terra Boa, segue daí rumo Sul, pela Rua Terra Boa, até encontrar a Rua Santo Antônio, daí por esta rumo Oeste até encontrar a Estrada para Terra Boa, ponto inicial".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Município que se pretende criar reúne condições quanto aos aspectos de natureza social, política, econômica e urbana, capazes de lhe assegurar vida autônoma.

Tais perspectivas advêm de fatores que vêm contribuindo para que constitua-se numa promissora potência municipal, dada a sua pujança econômica, calcada, por excelência, na agricultura.

Outrossim, a criação do município de Malu, é um fato que se alicerça no próprio reclamo de sua comunidade, além de consagrar uma das formas de aperfeiçoar o desenvolvimento geral do Estado, pela possibilidade de melhor otimização administrativa das áreas que o constituem.

Preenchendo as condições legais e dispondo de recursos próprios para dar supri-

mento às suas atividades administrativas, é de justiça e de direito que a localidade de Malu seja elevada à categoria de Município, desmembrando-se do município de Terra Boa, ato que virá configurar-se da maior importância, particularmente por expressar a vontade do povo, de lideranças locais e regionais.

Isto posto, encarecemos a atenção e conseqüente aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, do projeto ora apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

ESTÁ NA HORA DE PLANTAR ESPERANÇA

O meu nome é Pedro Bandeira e sou um autor de livros para você, jovem de Cianorte, jovem brasileiro.

Sou alguém que dedica a própria vida a acompanhar o seu crescimento, as suas dúvidas, as suas incertezas, os seus medos, a sua rebeldia, mas, principalmente, a sua esperança.

Talvez a sua professora de Português já tenha recomendado que você lesse alguns livros meus, como a DROGA DA OBEDIÊNCIA ou A MARCA DE UMA LÁGRIMA. Por isso talvez já me conheça e saiba um pouco do que eu penso em relação a você.

Você já está se tornando um adulto, já está compreendendo perfeitamente o mundo no qual você terá de viver. Já percebeu que a vida que lhe espera, neste País, será uma eterna luta contra as injustiças, contra a miséria, contra tantos problemas criados pelas gerações que lhe antecederam. O País que nós, os adultos, estamos entregando a você, parece ter mais defeitos do que virtudes, mais problemas do que soluções. Caberá a você, então, uma missão que parece impossível: fazer do Brasil, um grande País.

Mas esta não é uma missão impossível, porque existe você.

Você, com seu entusiasmo, com sua alegria, com uma vontade imensa de mudar, de consertar, de superar as dificuldades. Você mora em uma cidade que é só um pouquinho mais velha do que você. Uma cidade jovem como você. Uma cidade que, talvez, pode ser um exemplo de esperança para todos nós, brasileiros. E é dessa esperança que precisamos.

Não se deixe envolver pelo clima de pessimismo que está assolando este País. Transmita ao resto do Brasil o entusiasmo de sua cidade, exemplo de juventude, de uma nova proposta de convivência, de desenvolvimento, de renovação. Este é um

País maravilhoso, cheio de recursos, com um potencial não encontrado facilmente no resto do mundo. Para a superação de nossos problemas, só falta o seu exemplo, o seu trabalho, o seu entusiasmo. Nós precisamos de você, nós precisamos de você, nós precisamos de sua esperança. Que a sua palavra não seja a última palavra de John Wylkes Booth, o assassino de Abraham Lincoln: "Inútil, inútil...", mas que seja como a última palavra de Prometeu, que trouxe para os homens o fogo dos deuses: "Resisto"!

Pedro Bandeira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, inicialmente lamentamos o fato verificado hoje pela manhã no Núcleo da Secretaria de Educação onde a Polícia Federal acabou fazendo a detenção de alguns professores que ali se encontravam naquele momento. Foi um fato lamentável porque, me parece, começa a ganhar alguns contornos que nenhum de nós quer, nem os professores e acredito que nem o próprio Governo, e muito menos nós Parlamentares. Quando alguns professores ali se encontravam no sentido de solicitar aos demais professores para que não entrassem nas salas de aula, acabou-se trazendo a Polícia, a Secretaria de Segurança Pública, através do seu Secretário José Moacir Favetti.

Fica aqui, portanto, o protesto da Bancada do PDT da maneira como já começa o Governo do Estado agir, na tentativa de coagir, na tentativa, quem sabe, de ameaçar os professores e fazer com que retornem às salas de aula depois da proposta, até certo ponto ridícula, apresentada ontem aos professores de um abono de 3 mil cruzeiros que, na verdade, me parece ser mais um desrespeito à classe dos professores. Seria até melhor, de repente, acenar com nada do que oferecer esta importância.

Então, diante desses fatos, parece-me que começa a tomar outro caminho, começa-se a apelar para o constrangimento e até mesmo para a violência. Estamos aí com 55 ou 56 dias de greve e o Governo do Estado do Paraná parece não estar muito preocupado com isso, enquanto que a nível nacional, já se sente a preocupação de autoridades pelo que está acontecendo no Estado do Paraná.

Esperamos que haja bom senso e que o Governo do Estado do Paraná reflita nas suas tomadas de posições para que a educação do Paraná possa ser reconhecida a nível nacional pelo trabalho extraordinário que realizam os seus professores, os seus

educadores no sentido de criar uma juventude inteligente, uma juventude sadia para o Estado do Paraná.

Fica, portanto, o nosso protesto pelo que teria acontecido hoje pela manhã. Segundo informações, até o que nos chegou agora há pouco, é de que alguns professores ficaram retidos dentro do próprio Núcleo, e isto causou constrangimento hoje pela manhã.

Esperamos, quem sabe, que a Bancada do Governo possa trazer daqui a pouco algumas informações mais completas a esse respeito.

Ontem alguns Deputados, alguns políticos ligados à área da comunicação, fizeram uma visita ao Deputado Federal e Presidente da ABERT - Associação Brasileira de Rádio e Televisão - Deputado Paulo Pimentel, no sentido de encarecer ao Deputado para interceder no Congresso Nacional a respeito da situação do afastamento de profissionais da imprensa que disputarão as próximas eleições.

E ontem, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, Deputado Algaci Túlio, Vereador Carlos Xavier Simões, Vereador Luiz Carlos Martins Gonçalves, Vereador Carlos Roberto Massa, e o radialista Ricardo Chabe, nos reunimos e entramos hoje com uma medida cautelar inominada, com pedido de liminar, esclarecendo os seguintes fatos:

(Lê - xerox anexa).

A autoridade requerida aprovou ato que, se sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, importará em grave atentado ao livre exercício da profissão.

A intenção é a de impedir-se que os Suplicantes, à exceção do último deles, ocupantes de cargos eletivos, possam disputar as eleições de 1990, sem que, cento e vinte (120) dias antes do pleito afastem-se das emissoras de rádio e de televisão em que trabalham.

A medida, embora de caráter geral, causa, desde logo, graves apreensões e gera nos Suplicantes o temor de virem a ser demitidos dos seus empregos caso saiam candidatos.

Partidos políticos efetivaram convites aos suplicantes no sentido de que participem das suas Convenções a fim de poderem ser lançados candidatos.

Aceitaram todos a solicitação e vinham, já, freqüentando as reuniões dos seus partidos quando foram surpreendidos com a notícia de que uma nova lei os impediria de saírem candidatos.

O fato, data vênua, ofende o disposto no inc. XIII, do artigo 5º, da Constituição Federal que diz:

"É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão"...

Nega vigência, ainda, o ato hostilizado ao artigo 14 da Magna Carta quando acentua:

"A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei..."

É de se colacionar José Cretella Júnior:

..."adquirido sob o império de uma lei, em razão do "inculum iuris", que o liga ao Estado, é intocável, não obstante alteração, introduzida por lei posterior, podendo ser oponível ao Estado que, se o negar, fere direito subjetivo público, líquido e certo".

(Termina de ler).

Esta é a justificativa desta medida cautelar inominada com pedido de liminar que nós políticos e também companheiros radialistas não políticos, fazemos. Porque entendemos que é um direito nosso adquirido, nós somos profissionais de comunicação, não somos aqueles que, em vésperas de eleições contratam, compram horários de rádio e televisão, para fazer programas com fins eleitoreiros. É neste sentido, que nós queremos, não nos igualar a estas pessoas, àqueles que se aproveitam do ano eleitoral para comprar espaço em rádio e televisão, nós temos um direito adquirido, nós éramos radialistas muito antes de sermos políticos, e entendemos assim que não podemos ficar aqui se ficarmos quatro meses longe do microfone, que é a nossa profissão que é o nosso ganha pão.

Nós entendemos que essa medida tomada pelo congresso é uma medida, acima de tudo, arbitrária e queremos fazer valer o nosso direito de profissional de imprensa, totalmente separados daqueles que aparecem de para-quedas, que alugam horário em rádio e televisão, para fins eleitoreiros.

Por esta razão, nós Deputados, Vereadores, que somos radialistas e que pretendemos continuar a carreira política, e outros que querem ingressar na carreira política, achamo-nos no direito de exigir aquilo que é de nosso direito: o direito de continuarmos, pelo menos 45 dias até antes das eleições poderemos até nos afastar, mas não 4 meses, conforme votou o Congresso Nacional e que deverá, o Presidente da República, possivelmente sancionar esta Lei na próxima sexta-feira.

Por esta razão é que nós entramos com esta medida cautelar inominada, com pedido de liminar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes de concedermos a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Haroldo Ferreira, o 1º Secretário vai ler as razões do veto do Senhor Governador do Estado.

O SR. 1º SECRETÁRIO -(Tadeu Lúcio Machado)
(Lê - Razões do Veto).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Haroldo Ferreira está com a palavra.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

É com preocupação que o Brasil todo acompanha, hoje, a peregrinação do Ministro da Saúde, Doutor Alcení Guerra, em todo o País, constatando o que para nós não é novidade, e muito menos para a população brasileira, do caos em que se encontra o atendimento à saúde da população brasileira. Nós temos constatado, muito antes do Ministro Alcení Guerra que tem acesso à imprensa, aqui no Paraná, o caos no atendimento à saúde da população paranaense, seja no atendimento ambulatorial, seja no atendimento hospitalar, seja na prevenção de doenças, no saneamento básico, na condição nutricional, principalmente das crianças paranaenses, trazendo sem dúvida nenhuma para todos nós, uma preocupação muito grande com a questão da saúde do nosso povo.

A propósito disso, foi instalada, nesta Assembléia Legislativa, a CPI do SUDS, CPI que se desenvolveu, nesta Casa, até um determinado momento, com o apoio dos Parlamentares, trabalho que nós julgávamos que fosse chegar a um esclarecimento da aplicação dos recursos SUDS, aqui no Estado do Paraná. Recursos que foram volumosos na administração do ex-Secretário da Saúde, Delcino Tavares.

Nós dizíamos, àquela época, no momento em que foi inviabilizada a própria CPI, quando através da participação dos Deputados que defendem o Governo, nesta Casa, inviabilizaram a contratação de uma auditoria independente que, sem dúvida nenhuma traria para nós e para o povo paranaense, esclarecimentos sobre as irregularidades e sobre a má aplicação dos recursos SUDS, aqui no Estado do Paraná.

E o próprio Tribunal de Contas da União, após analisar as prestações de contas do SUDS, Paraná, determinou que, em face das irregularidades ali apontadas, a Fundação Caetano Munhoz da Rocha, deverá devolver vários recursos que foram aplicados irregularmente pelo ex-Secretário da Saúde, Doutor Delcino Tavares da Silva. Os valores a serem devolvidos são os seguintes:

- 1 - Cr\$ 7.956.577,00
- 2 - Cr\$ 1.913,00
- 3 - Cr\$ 39.266.761,00
- 4 - e mais uma fatura de Cr\$ 91.217.666,00.

Há que se ressaltar que em 23 de março deste ano, o ex-Secretário da Saúde,

Doutor Delcino Tavares da Silva, mandou recolher a importância de Cr\$ 132.964,00, referente à compra de 106 veículos que foram adquiridos, sem licitação, em 1988.

Logicamente que este valor foi recolhido sem nenhuma correção monetária, pois hoje ele não seria suficiente para comprar nem mesmo um dos 106 veículos adquiridos irregularmente.

O que é preciso se ter em conta neste caso é que ao recolher ao IAPAS a quantia supra, o ex-Secretário da Saúde confessa que aplicou irregularmente o dinheiro do SUDS.

Lamentavelmente os Deputados governistas do Paraná não tiveram interesse em investigar os desvios ocorridos na implantação do SUDS, e que foram denunciados por 13 entidades da sociedade civil paranaense.

A CPI instalada na Assembléia Legislativa teve seus trabalhos prejudicados pelos Deputados governistas que não queriam que a verdade viesse à tona, como está ocorrendo agora.

Corre na 9ª Vara da Justiça Federal do Paraná, Ação Popular impetrada por José Elias Aiex Neto, Presidente da Associação Médica do Paraná, por Mauro Goulart, Presidente do Sindicato dos Médicos do Paraná, e por este Deputado que vos fala, pois pretendemos que todos os recursos SUDS que foram usados irregularmente sejam devolvidos ao INAMPS e os responsáveis por tais desvios sejam condenados a pagar por suas ações.

E, temos agora, na gestão do atual Secretário da Saúde, Doutor Manuel Antonio de Almeida Neto, constatado também uma série de irregularidades e de mais encaminhamentos da política de saúde do Estado do Paraná. Senão, vejamos, a "Folha de Londrina", do dia 09 de maio traz a seguinte manchete: "Secretário da Saúde apoia anestesistas que cobram por fora. O Secretário de Estado da Saúde, Manoel de Almeida Neto, é favorável a que os anestesistas cobrem por fora os serviços dos pacientes atendidos pela Previdência Social. E justifica: se eles decidiram ser descredenciados pelo INAMPS e cobrar pelos seus serviços diretamente dos pacientes, temos que respeitar, porque é um direito deles". Declarou o Secretário em Londrina.

Ora! Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Doutor Manoel de Almeida Neto, não pode falar neste momento como Presidente da Associação dos Anestesistas do Paraná, uma corporação dentro da corporação médica, ele tem na verdade que falar como Secretário de Estado da Saúde, responsável que é pelo atendimento à saúde da população paranaense, e não assumir uma postura altamente corporativista em detrimento ao atendimento e aos interesses do

povo paranaense, nesta questão fundamental que é a anestesia, um procedimento tão importante em qualquer ato cirúrgico que ocorra, seja mesmo no ambulatório, seja mesmo na área hospitalar.

E entidades de Londrina, numa matéria do dia 10 de maio, pedem ao Senhor Governador a demissão do Secretário, por seus equívocos na condução desta questão do Estado do Paraná.

Mas, nós temos também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, até em função de atitude tomada por Sua Excelência, o Presidente Anibal Khury, com relação aos requerimentos de pedidos de informações desta Casa ao Executivo que não são respondidos.

Nós tivemos, aprovado por esta Casa, um requerimento e não recebemos até hoje nenhuma resposta de Sua Excelência, o Governador, cujo requerimento, na sua súmula, dizia o seguinte:

"Requer o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, solicitando informações a respeito dos deslocamentos ao interior do nosso Estado, do Doutor Manoel Antônio de Almeida Neto, nos dias 05 e 06 do mês de abril, bem como, qual seu itinerário e quais os objetivos da viagem, quem foram seus acompanhantes e qual o papel desempenhado por esses dentro dos objetivos, e qual o meio de transporte utilizado?"

Senhor Presidente, até hoje, já passado o prazo de trinta dias, esta Casa não recebeu a resposta do Executivo, e eu solicito à Presidência da Casa que medidas sejam tomadas no sentido de que constitucionalmente nós possamos receber as informações solicitadas por esta Casa ao Executivo.

Igualmente, os equívocos no Setor Saúde, que são grandes a nível Nacional, denunciados pelo atual Ministro, que tem procurado acompanhar as irregularidades, o mau gerenciamento do setor público na área da saúde nós continuamos tendo equívocos aqui no Paraná. A respeito do fechamento dos hospitais de Matinhos e Antonina tivemos a oportunidade de ler nos jornais declarações do Secretário da Saúde na qual o mesmo anuncia o fechamento de dois hospitais localizados em Antonina e Matinhos. Todos nós sabemos que em um País doente como o nosso o fechamento de um hospital é um contrasenso e uma atitude incompreensível. O próprio Deputado Artagão Mattos Leão é contra o fechamento do Hospital de Antonina. Mas, o que é preciso que todos saibam é que o Hospital Nossa Senhora dos Navegantes de Matinhos que teve o seu fechamento anunciado pelo Secretário da Saúde do Paraná foi motivo de um gesto exagerado por parte do ex-Secretário de Saúde

do Paraná Dr. Delcino Tavares da Silva, fato já denunciado aqui nesta Casa quando da CPI do SUDS no ano passado. Através de um contrato assinado número 88/0098/0 entre o SUDS e o Decon foram repassados em outubro de 1988 a quantia de oito milhões, seiscentos e sessenta e três mil, setecentos e dezesseis cruzados correspondente ao contrato de prestação de serviços especializados número 098/88 relativo à elaboração de projetos arquitetônicos, implantação e complementares para o anexo do Hospital Nossa Senhora dos Navegantes. Em 05 de dezembro de 1988 foi assinado um outro contrato da Fundação Caetano Munhoz da Rocha e o DECON representados especificamente pelo ex-Secretário da Saúde Delcino Tavares da Silva e pelo Diretor do DECON Sr. Martin Roider e Antônio Carlos de Almeida César. Tal contrato de n. 88/0171/0 previa a ampliação do Hospital Nossa Senhora dos Navegantes e para tanto a Fundação Caetano Munhoz da Rocha através da nota de empenho n. 803295 repassou ao DECON a quantia de cento e setenta e um milhões de cruzados.

Segundo relatório de dois auditores do INAMPS encarregado de fiscalizar a obra nada foi construído no referido local.

Neste momento em que a assistência pública à saúde se encontra em um verdadeiro caos onde o Ministro da Saúde declara a todo instante que há falta de recursos financeiros para melhorar a qualidade de assistência e denuncia o mau gerenciamento dos serviços públicos de saúde do País, quando pessoas morrem nas portas de hospitais por falta de assistência fica muito difícil de se aceitar que no Paraná o dinheiro do SUDS tenha sido usado tão irresponsavelmente pelo ex-Secretário da Saúde Dr. Delcino Tavares da Silva, e pior, que esta Casa não tenha assumido a responsabilidade de esclarecer a opinião pública através da CPI aqui instalada sobre os destino desses recursos que foram mal aplicados no Paraná.

Há que se ressaltar ainda que foram recursos destinados ao SUDS pelo INAMPS, o que significa que foi dinheiro do trabalhador e do empregador os quais são condenados a contribuir compulsoriamente com a Previdência Social e acabam vendo suas contribuições sendo usadas desta maneira.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados a propósito dessa questão, do falado fechamento dos hospitais de Matinhos e Antonina, eu entro nesta sessão com um requerimento requerendo a constituição de comissão especial para acompanhar a situação dos hospitais Navegantes, de Matinhos, e Dr. Sílvio Bittencourt Linhares, de Antonina, baseado no artigo 54, inciso 28 da Constituição Estadual.

Justificando: em reunião realizada hoje pela manhã, nas dependências desta As-

sembléia Legislativa, com a presença de uma comissão de funcionários dos hospitais e do Sindicato dos Servidores Públicos, tomamos conhecimento das dificuldades por que passam esses estabelecimentos de saúde, assim como da proposta da Secretaria da Saúde de proceder ao fechamento desses hospitais, que prestam relevantes serviços às comunidades de Matinhos e Antonina.

Por outro lado, soubemos que a Secretaria da Saúde pretende transferir, através de comodato, esses hospitais para as prefeituras municipais, os quais seriam administrados através de co-gestão com a comunidade, além do interesse da secretaria em demitir os servidores dessas instituições.

Entendemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados que nem a Prefeitura Municipal nem a comunidade podem arcar com o ônus financeiro advindo da manutenção dos referidos hospitais. E por não concordarmos com tal política de saúde, que faz com que o Estado fuja à responsabilidade de atendimento nesta área, é que propomos a formação dessa comissão para que possamos acompanhar o desenrolar desses fatos e trazer à população do Paraná, através da Assembléia Legislativa, de um acompanhamento dessas questões que afetam a saúde do povo do litoral do Paraná; para que possamos, inclusive, através do nosso papel de fiscalização, coibir irregularidades e tomadas de posições que venham em detrimento da assistência à saúde da população do litoral.

Concedo a palavra ao Deputado Nilton Barbosa.

O Sr. Nilton Barbosa - Caro Deputado Haroldo Ferreira, quero lhe cumprimentar pela brilhante defesa que faz hoje, sempre fez, com relação à saúde no Paraná e dizer que em algumas partes Vossa Excelência tem a nossa concordância, como teve quando do seu pedido para a constituição da CPI com relação à saúde.

Vossa Excelência teceu alguns comentários com relação ao direcionamento de recursos dados à saúde, vindo do Governo Federal, do hoje chamado SUDS. Nós, como Vossa Excelência, indagamos porque não, até hoje, ainda não teve o resultado da CPI, que todos nós aguardamos. Vossa Excelência disse da Bancada do PMDB que até certo ponto está atrapalhando, interrompendo, para que esses dados sejam vindos até a nós: não é o nosso caso, membro da Bancada do PMDB, que votamos favorável à constituição da CPI e também estamos aguardando para que tenhamos conhecimento do certo ou do errado.

Mas, com relação à parte administrativa da antiga gestão do ex-Secretário Delcino Tavares, nós, com relação ao aspecto

administrativo, temos que elogiá-lo porque os benefícios à nossa região foi geral, desde as chamadas casinhas de auxílio até postos de saúde.

Com relação ao novo Secretário, Dr. Manoel de Almeida Neto, nós gostaríamos de dizer ao nobre Companheiro que, na semana passada, tivemos a oportunidade de acompanhá-lo à nossa região e, talvez, até antecipe ao nobre Deputado algumas coisas com relação ao requerimento que entrou e que até agora não veio a resposta. O Secretário fez uma locomoção até por uma aeronave "King air" do Governo do Estado foi até Umuarama, acompanhado de sua assessoria, e lá ele teve contato com os funcionários do SUDS, regional, teve reunião com os proprietários de hospitais, teve reunião com a classe política e ainda inaugurou obras de um posto de saúde, realizado entre a Prefeitura e o Governo do Estado. Mas, o fato que nós achamos interessante da sua viagem, na verdade, foi o contato com os funcionários do SUDS e com os proprietários dos hospitais, discutindo aí algumas mudanças que nestes poucos dias que ele vem à frente da Secretaria da Saúde, ele já implementa no Estado, como é o caso, Vossa Excelência que além de Deputado é um excelente médico, já com atuação aplaudida na área, sabe que há dias atrás ele determinou corte na área de cesárias. Estavam atingindo 90%, e ele já determinou que caia para 50%, para chegar nos 30% que é a meta que ele almeja.

Então, achamos que com relação a alguns desvios, se é que estão acontecendo, que nós desconhecemos, nós concordamos que Vossa Excelência peça a constituição da Comissão Especial e que terá o nosso apoio.

Agora gostaríamos que diante de toda essa turbulência que foi passada aí, a Secretaria da Saúde, Vossa Excelência como nós outros Parlamentares, demos um prazo de pelo menos mais trinta dias para que o Secretário da Saúde possa realmente, depois dessas visitas que ele está fazendo ao Paraná, dizer o que é que realmente ele quer implementar a nível de saúde no Estado.

Até então nós o aplaudimos e o elogiamos nesse trabalho que vem fazendo e aproveitando essa oportunidade que Vossa Excelência me concede, gostaria aqui de protestar com relação à nota, à carta, enviada à revista "Veja" pelo seu companheiro, Dr. Aíex, que diz respeito à imprensa do Paraná.

Ele dizia em sua nota à "Veja", que sempre que foi solicitada à imprensa do Paraná, em nenhuma das vezes ele pôde denunciar atos e práticas do Secretário e tudo com relação à saúde.

Isso não é verdade porque nós, por di-

versas vezes, tivemos a oportunidade de ler nos jornais "Folha de Londrina", "Estado do Paraná", "Gazeta do Povo" e em todos os jornais de circulação a nível regional, as denúncias que o vosso colega, Dr. Aiex, fazia com relação à saúde no Paraná.

Então, deixamos aqui o nosso descontentamento e até certo ponto o nosso protesto por ele denegrir, tentar denegrir a imprensa do Paraná.

E ao nobre Deputado o nosso agradecimento pelo aparte que nos concedeu.

Muito obrigado.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Nobre Deputado Nilton Barbosa, dando resposta rápida ao questionamento de Vossa Excelência sobre a não conclusão dos trabalhos da CPI do SUDS nesta Casa.

A CPI foi instalada inicialmente, eu fui Presidente na fase inicial dessa CPI, até o determinado momento em que foi proposto pelo Deputado Orlando Pessuti, a destituição deste Parlamentar da Presidência da CPI e na seqüência houve inclusive a inviabilização da continuidade dos trabalhos dentro da CPI, porque contrariando decisão anterior da própria CPI, se negou à Comissão a contratação de uma auditoria independente para averiguar as prestações de contas do SUDS.

Contratação de auditoria, que já havia sido inclusive publicado o edital de concorrência pela Assembléia Legislativa, com a concordância do Presidente da Assembléia, Anibal Khury e também do 1º Secretário, Deputado Tadeu Lúcio Machado e na seqüência nós tínhamos conseguido aprovar (requerimento do Deputado Valderi Vilela) o prazo de 120 dias para continuidade dos trabalhos, quando a vossa bancada que naquela ocasião tinha a maioria nesta casa, entrou com outro requerimento diminuindo o prazo de 120 para 45 dias ...

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) -

Esta Presidência pede vênias a Vossa Excelência, para comunicar a visita a este Plenário de Sua Excelência Jesus Cabrera Muñoz Ledo, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário dos Estados Unidos Mexicanos.

Suspendemos a sessão por cinco minutos.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Senhor Presidente, eu solicitaria um minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado)

- Esta Presidência deferiu e dá um minuto para conclusão do seu pronunciamento e logo em seguida suspende por cinco minutos a presente sessão.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Muito obrigado.

Deputado Nilton Barbosa, concluindo rapidamente, vossa bancada que tinha a maioria diminuiu o nosso prazo de 120 para 45 dias para inviabilizar a continuidade dos nossos trabalhos e está pesando ainda sobre o Deputado Djalma de Almeida César, nosso nobre companheiro desta Casa, um relatório da referida Comissão e nós aguardamos e solicitaria a Vossa Excelência que perguntasse ao nobre Deputado Djalma de Almeida César, de vossa bancada, onde está o relatório da referida CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - Esta Presidência suspende a sessão por 5 minutos.

(É suspensa a sessão).

Está reaberta a presente sessão.

No Horário das Lideranças consulto o PDC se fará o uso da palavra.

(Declina).

Consulto à Liderança do PDS.

(Declina).

Consulto à Liderança do PFL.

(Declina).

Consulto à Liderança do PTB.

(Declina).

Consulto à Liderança do PSDB.

Concedo a palavra ao Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em primeiro lugar, queria comunicar à Mesa que já há um requerimento encaminhado com a concordância das lideranças da oposição no sentido de incluir na Ordem do Dia sessão de quinta-feira que vem, dia 17 de maio, a apreciação do veto do Senhor Governador ao piso salarial do magistério e às emendas que modificam a Mensagem de aumento do funcionalismo. Portanto, nesta quinta-feira, às 14:30, estaremos fazendo a apreciação de um assunto que envolve a educação do Paraná, o funcionalismo, a greve, o magistério, o Governo, a Assembléia e a sociedade.

Há um clima de destruição das instituições e de descrédito de tudo. Primeiro se destrói a educação, se desacredita, se estabelece a humilhação; depois se propõe uma reforma administrativa onde se questionam todos os órgãos públicos. Nada mais é permanente a não ser a vontade de quem governa. E nesse clima de dúvida e de expectativa é que a Assembléia precisa estar presente, acompanhando, abrindo as portas para a discussão, mas principalmente se afirmando também como poder representativo sensível a essa máquina toda

que se constrói no sentido de se estabelecer o descrédito como forma de se governar. Esse descrédito que se dissipa nos meios de comunicação, ao contrário, com as mensagens unilaterais de quem governa, com o uso da máquina publicitária e se estabelece então, a confusão no meio do Estado do Paraná.

Terceira etapa da reforma para economizar: e aí se fala que vai se extinguir o IPARDES, mas não se diz que o IPARDES fica agregado à Secretaria de Planejamento.

Se fala que se vai extinguir a Coordenação da Região Metropolitana, mas não se diz que essa Coordenação da Região Metropolitana recebe outro nome e continua da mesma maneira e se fala que se fará economia de milhões e milhões de cruzeiros.

Esse discurso da economia é muito fácil, porque na medida que se faz a economia para a educação se aduba a ignorância.

O discurso da economia pura e simplesmente pela economia de se encher os cofres, de se arrecadar mais e na medida em que esses recursos não são comprometidos com um projeto que implica numa mudança que é o investimento na educação, repito, se transforma e se joga adubo para que a ignorância floresça cada vez mais.

Não tenham ilusão. A questão da educação é uma decisão política - ou se investe em educação e se liberta esse povo ou ao contrário jamais teremos um projeto a longo prazo para que este povo tenha consciência da sua cidadania.

Não serão nos próximos 4 anos que vamos resgatar a educação. Na minha visão pessimista, precisaremos de uma geração, no mínimo 25 anos para sentirmos plenamente os efeitos de uma decisão política de investimento maciço na educação.

Mas, que sejam 25 anos, mas que iniciemos agora, já para começarmos a contar os dias e chegarmos a esse projeto.

E antes de encerrar, gostaria de convidar a todos os presentes - Parlamentares ou não - para no sábado virem aqui conosco, com o Partido da Social Democracia, assistir ao nosso Encontro, dos tucanos e ouvir a palestra do Prof. João Gilberto Lucas Coelho que vai expor o pensamento social democrata do PSDB e a conjuntura nacional.

Juntamente com os debatedores Ary Queiroz, Maurício Fruet e Euclides Scalco. E vamos encerrar este Encontro discutindo a social democracia, abrindo caminhos novos neste Paraná, numa aliança, num projeto que tem dimensões nacionais, numa aliança com o PDT, para resgatarmos, como primeira premissa que é a luz das demais, resgatarmos o projeto democrático do Paraná, interrompido, infelizmente, nos últimos anos. Esse resgate merece o compromisso de todos nós.

Venham, no sábado, estaremos aqui, abertos a essa discussão e estaremos aqui, também, para receber o Senador José Richa e ouvir dele o compromisso com o Paraná que é o compromisso de todos nós, no sentido de reabirmos a caminhada democrática e o resgate das mudanças do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao PRN.

Declina.

Concedo a palavra do PDT.

Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao ocupar o Horário da Liderança do PDT, eu quero reafirmar em nome da Executiva Regional do Partido, da Bancada Estadual o nosso compromisso de coligação com o Partido da Social Democracia Brasileira, tendo em vista as próximas eleições governamentais e majoritárias para o próximo dia 3 de outubro de 1990.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. A eleição deste próximo governo, a eleição do próximo dia 3 de outubro, reveste-se de capital importância para o nosso país num momento em que o Presidente da República usa da aliança da televisão com o estado - espetáculo, para em ações propositadamente cesaristas, promover o desmonte da máquina estatal do país a pretexto de economia pública, passando por cima dos mais elevados interesses da Nação e abandonando a idéia de bem comum, que é a que deve nortear todos os governos e a ação de todos os bons governantes.

Lamentavelmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é preciso que se forme, de Porto Alegre até a metade do Brasil, sobretudo, na parte mais desenvolvida do País, qual seja, Belo Horizonte, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, uma frente de governadores democratas capazes de resistir ao assédio clamoroso do capital estrangeiro que quer assaltar este País de vez por todas, promovendo o saque definitivo da riqueza e da dignidade nacional. E mais do que isso, formar uma frente de governadores - é imperioso que se forme uma frente de governadores - para opor resistência democrática a este "Novo Napoleão" que só difere do outro porque vez por outra troca o cavalo branco por um submarino, ou por um avião a jato, ou por um patinete mecanizado, conforme os sabores dos seus diretores de produção.

Ao mesmo tempo quero denunciar à Assembléia do Paraná que está na Casa uma Mensagem do Senhor Governador propondo a reforma administrativa, propondo a extinção do IPARDES. O Instituto em função, a

Fundação Edson Vieira, é a própria memória técnica do Estado. Dedicar-se, como banco de massa cinzenta do Paraná, a três áreas básicas: a de pesquisas e estudos, a de treinamentos de funcionários de nível superior do Estado, vieram de lá para ser treinados agora, satisfatoriamente, 145 funcionários da Prefeitura de Curitiba. E ainda dedica-se o IPARDES a manter um Centro Estadual de Estatísticas, tendo delegação do IBGE para manter um banco de dados do Estado.

Tenho aqui nas minhas mãos um memorial descritivo da cidade de Jacarezinho, elaborado pelo IPARDES. Vão aqui relacionados quantos alunos tem cada escola de Jacarezinho, qual é o perfil da sua população, qual é a renda da sua população, quantos divórcios e quantos casamentos houve no determinado ano - objeto do relatório - na cidade de Jacarezinho. Enfim, qual é a realidade sócio-econômica, política, cultural e até de mentalidades existentes na cidade de Jacarezinho.

Tais tipos de levantamentos o IPARDES faz para todas as cidades do Paraná, com dados eloqüentes de conjuntura econômica, de conjuntura sociológica e, portanto, capazes de formular boas políticas de desenvolvimento para o Paraná.

Como todos sabem, o IPARDES foi criado pelo saudoso Governador Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, uma das mais brilhantes e veementes inteligências deste Estado, emérito Professor da Escola de Engenharia, e formulador do sistema de planejamento do Estado, que depois seria continuado ao capricho pelo Governo do Senhor Jayme Canet, por exemplo, onde o IPARDES viveu grande esplendor, e também pelo Governo do Senhor Senador José Richa...

(É-lhe tirado o som)

Só para completar, Senhor Presidente.

Hoje, depois de se ter sucateado o IPARDES que começa a perder seu funcionalismo para a iniciativa privada, tenta-se investir contra aquele banco de dados, fechando este Instituto de Planejamento e de Pesquisa voltado para o desenvolvimento do Paraná. Dá-me a impressão de que, por não ter conseguido aproveitar o potencial criativo do IPARDES para desenvolver o Paraná e para construir o bem-comum, o Governo Álvaro Dias quer agora destruí-lo. Parece o ignorante que atea fogo na biblioteca matando todos os sábios que estão dentro dela pelo medo obscurantista de não entender o que vai guardado dentro dela. Ao tentar acabar com o IPARDES o Governador Álvaro Dias faz um papel obscurantista, um desserviço ao Paraná. Age como ignorante que manda queimar a biblioteca porque não consegue compreendê-la, nem colocar o conhecimento lá armazenado para promover o bem-comum e o desenvolvimento

do Estado.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, este Deputado de Oposição que também é profissional do Instituto de Planejamento e Pesquisa de Curitiba, do IPARDES de Curitiba, que é o IPPUC, apela vivamente à Assembléia que não permita a destruição da memória da Administração do Estado, e da memória sociológica e histórica do Estado, que pretende o Senhor Governador com a extinção do Instituto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PMDB, se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PL, se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Amigos de Imprensa, funcionários públicos, professores públicos. Usando o horário da Liderança do nosso Partido, queremos anunciar a classe do Magistério do Paraná, enfim, ao funcionalismo público Estadual, que o nosso Partido votará na próxima quinta-feira, o que já ficou determinado pelas lideranças, contra o veto do Governador e o conseqüente aumento dos professores e aos funcionários públicos do nosso Estado.

Conversava agora há pouco com o Deputado Ezequias Losso, com relação a este veto, e nós até, que estamos diariamente nesta Casa, gostaríamos de votar ainda hoje, infelizmente parece-nos que não temos número, para derrubarmos esse veto. Mas, na quinta-feira, como diz, o ex-Presidente desta Casa, Antônio Annibelli, "teremos número", e com certeza, nós derrubaremos o veto, para darmos um pouco mais de dignidade a esta classe do Magistério e dos servidores públicos do Paraná.

Nós temos um Projeto na Ordem do Dia, e eu gostaria de agradecer às Comissões, e a sensibilidade dos Deputados Estaduais, na aprovação deste Projeto. Um projeto de suma importância mesmo porque, ele padroniza as placas indicativas de obras do Estado e dá outras providências. O que é isso? - É acabarmos de uma vez por todas com essas placas gigantescas anunciando obras que serão construídas pelo Governo do Estado, com as cores do Partido que detem o Poder, atualmente no Estado do Paraná.

Nós queremos evitar Senhores Deputados, que isto aconteça daqui por diante, e começamos pela aprovação e, tenho certeza, que o Chefe do Executivo Estadual, sancionará esta lei.

Fica estabelecido pelo nosso Projeto, que o Estado do Paraná, deverá, nas suas

placas de obras indicativas, usar as cores da bandeira do nosso Estado. Porque se não daqui a pouco vem um Partido que usa uma cor vermelha e coloca uma placa vermelha. Vem um partido que usa uma cor azul, coloca as cores azul e branca.

Nós definimos pelas cores da bandeira do Paraná e não tenho dúvida, foram milhões de cruzados novos, naquela época gastos com estas placas. De agora em diante, com este exemplo que a Assembléia Legislativa dá, todo o País acompanhará, e no próximo domingo, o nosso partido realiza a sua convenção na Câmara Municipal de Curitiba. E, como aqui, somos todos companheiros colegas, quero convidar, para que participem na Câmara Municipal, já que o Partido Liberal sai na frente e escolherá o seu candidato a Governador, assumindo com propostas claras um programa de Governo exequível para este Estado. Nós não temos nada contra outra candidatura. O que nós somos favoráveis, Senhores Deputados, é a nossa proposta, a proposta de renovação! Não a renovação qualificada pela idade, por ser o Deputado mais jovem desta Casa, mas uma renovação de mentalidade política, que tenho certeza, começará a acontecer daqui por diante, neste Estado.

Vamos impregnar o Paraná com as nossas idéias. E entre nós e a social democracia existe uma grande diferença: que o social democrata acredita na força do Estado. E o liberal democrata acredita na força da sociedade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

(DECLINA):

Consulto à Liderança do PT se deseja fazer uso do seu horário.

(DECLINA).

Está encerrada a hora do expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente, comunicando que os Projetos de Lei n°s 77, 220 e 277/90, não apresentaram emendas e estão liberados para serem apreciados em plenário desta Casa. Com referência ao Projeto de Lei n° 262/90, o mesmo recebeu 343 emendas, que estão sendo analisadas pelo Deputado José Rogério Carvalho, com prazo de 48 horas. - Em consequência, marco para amanhã na Ordem do Dia a apreciação dessas três mensagens.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Ferrari Júnior, na qualidade de Líder

do PRN, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor as seguintes Comissões Permanentes: Recursos Humanos, Turismo, Direitos Humanos, Ecologia e Meio Ambiente, Direitos da Mulher, como Titular. Educação, Terras, Imigração e Colonização, Tomada de Contas, Saúde e Defesa ao Consumidor, como Suplente. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela ordem)

- Senhor Presidente, nós agradecemos a decisão desta Casa no sentido de votar na próxima quinta-feira, às 14:30, o veto aposto pelo Senhor Governador às emendas feitas por esta Casa na Mensagem que trata do aumento do funcionalismo público e que fixa um piso em cruzeiros para o Magistério.

Essa decisão unânime de todos os Parlamentares me faz com que levantasse esta questão de ordem para manifestar o nosso agradecimento e registrar que a Assembléia, assim, se demonstra sensível a um assunto de tamanha profundidade e que está afetando a todo o Estado do Paraná, que é a questão educacional, que é a questão do funcionalismo, e com respeito aos próprios professores, inclusive, que têm acompanhado a todas as sessões desta Casa.

Aproveito a oportunidade para solicitar, pelo menos da bancada do PSDB - e a mim que compete isso como líder -, que estejamos todos aqui na próxima quinta-feira assumindo esse compromisso com a educação e com o Paraná.

Muito obrigado.

O SR. VALDERI VILELA (Pela ordem) - Senhor

Presidente, a nossa bancada do PDT certamente estará presente na quinta-feira, aliás como estive em todas as oportunidades neste Parlamento, e nunca e em nenhuma oportunidade votou contra o servidor público estadual. A nossa bancada, Senhor Presidente, tem essa marca registrada aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e mais uma vez os companheiros do PDT certamente votarão contra o veto de Sua Excelência o Governador Álvaro Dias.

Muito obrigado.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Ferrari Júnior, na qualidade de Líder do PRN, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados, que irão compor os cargos de Titular e Suplente na C.P.I., na área fazendária e sistema financeiro estadual. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Ferrari Júnior, na qualidade de Líder do PRN, constante do expediente, indicando um Senhor Deputado, para a Vice-Liderança do PRN. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoioamento. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoioamento. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoioamento. - Apoiado - À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoioamento. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de lei nº 289/90. - Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, de autoria do senhor Deputado Pirajá Ferreira, acima aprovado:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 289/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que altera a Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e adota outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 289/90

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do egrégio Tribunal de Justiça, encaminhado a esta Casa através do Ofício nº 44/90, visa alterar a Lei Nº 7.297, de 08/01/80 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) em seus artigos 99, 207, incisos III, IV e VI, 208, 209, incisos I e II e 210.

Analisando o projeto, encontra-se este arrazoado em sua justificativa, pois nela cita o grande progresso de Foz do Iguaçu e que essa situação impõe o aperfeiçoamento da máquina judiciária, razão pela qual, através da medida proposta, se propõe que a Comarca de Foz do Iguaçu seja elevada à última categoria de entrância, idêntica a de Cascavel, Maringá, Londrina, Ponta Grossa e Curitiba.

Quanto ao aspecto constitucional, a matéria se encontra em conformidade com a nossa Carta Estadual, que cita em seu artigo 96, ter o egrégio Tribunal iniciativa

para tal matéria, dispondo sobre a estrutura e funcionamento do Poder Judiciário existente na Lei de Organização e Divisão Judiciárias de nosso Estado.

Nestas condições, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação. É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

EDUARDO BAGGIO

Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/89, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que autoriza o Governo do Estado a vender as residências oficiais, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

(Obs: já aprovado neste turno as emendas nºs 01 e 02 e Subemenda aposta à emenda nº 02, ressalvado o projeto).

As emendas apresentadas serão encaminhadas às Mensagens Governamentais que se referem ao problema. E a Mesa anuncia para amanhã a Mensagem Governamental que autoriza a venda do Presídio do Ahú.

Os Senhores Deputados que aprovam, em 3.^a discussão, queiram conservar-se como estão. O Projeto irá à 4.^a discussão. APROVADO.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 159/89, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que cria o município de DIAMANTE DO SUL, desmembrado do município de Guaraniaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL de Plenário. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 19/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que assegura o vale transporte e vale refeição ao servidor público, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 20/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que concede incentivos fiscais destinados ao reflorestamento (nativas, exóticas e frutíferas), conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 98/90, de autoria do Deputado FERRARI JÚ-

NIOR, que concede pensão mensal à Senhora Vitória Santoro Urbano, viúva de João Urbano, ex-Prefeito de Nova Esperança. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 208/90, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO E OUTROS, que altera a Lei n° 7.208, de 15 de outubro de 1979, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 261/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 86/90), que autoriza o Poder Executivo a firmar com os municípios de Maringá, Francisco Beltrão e Ponta Grossa, termo de cessão de uso de imóveis havidos pelo Estado, com áreas e localizações, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 169/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o município de IRACEMA DO OESTE, com território desmembrado do município de Formosa do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI N° 169/86.

O artigo 1° passa a ter a seguinte redação:

Art. - onde se lê "município de Iracema" leia-se "município de Iracema do Oeste".

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Antônio Belinati,

Nilton Barbosa,

Valderi Mendes Vilela,

Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

A alteração que estamos propondo é devido ao Ofício DEGE/PR/452, do I.B.G.E. informando da inviabilidade da utilização do topônimo "IRACEMA", pois já denomina unidade político-administrativa no Estado do Ceará.

Tendo em vista a Lei Complementar n° 46, de 21/08/84 a qual estabelece que no caso de haver mais de uma localidade com o mesmo nome, este prevalecerá para a que possuir há mais tempo.

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 401/89, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que cria o município de ENTRE RIOS DO OESTE, com território desmembrado do

Curitiba, terça, em 15.05.90

município de Marechal Cândido Rondon, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 401/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Werner Wanderer, tem por finalidade criar o município de ENTRE RIOS DO OESTE, com território desmembrado do município de Marechal Cândido Rondon, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

Em análise da referida proposição vê-se claramente tratar-se de justa medida, consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Nessas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, devidamente apoiada, nos seguintes termos.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI N° 401/89.

Foi criado "ad referendum" do resultado do plebiscito o município de Entre Rios do Oeste, com território desmembrado do município de Marechal Cândido Rondon, com sede na localidade do mesmo nome e as seguintes divisas:

"Ponto inicial e final: começa na foz do rio São Francisco, no lago de Itaipu antigo leito do rio Paraná. Do ponto inicial, sobe pelo rio São Francisco, até a linha divisória da Fazenda Britânia; deste ponto em linha reta e seca, sentido Leste-Oeste, (divisa intermunicipal com Santa Helena) até encontrar o arroio Felicidade; desce por este até sua foz no lago de Itaipu, antigo leito do rio Paraná até a foz do rio São Francisco no lago de Itaipu-antigo leito do rio Paraná ponto inicial e final."

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) WERNER WANDERER

Apoiamento: João Arruda,

Antônio Costenaro Neto,

Duílio Genari,

1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa da medida aqui proposta é bem-vinda, já que tornou-se evidente o de-

envolvimento econômico e sócio-cultural daquela localidade, o que justifica plenamente a adoção de nossa medida.

O distrito administrativo em questão foi criado pela Lei Estadual n° 6924, de 02 de setembro de 1977, publicada no Diário Oficial n° 135 em 13 de setembro de 1977.

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Em votação. Aprovado.

O SR. CÂNDIDO BASTOS (Pela Ordem) - Seria possível a leitura da Emenda proposta, que V.Exa anunciou? Para que nós tenhamos o conhecimento da Emenda.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Pirajá Ferreira) - (Lê súmula da Emenda).

O SR. CÂNDIDO BASTOS (Pela Ordem) - Senhor Presidente, esta Emenda é a do Projeto n° 401/89, não é? É que eu entendi que V.Exa. havia anunciado a votação do Projeto n° 406/89.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anunciou o Projeto de Lei n° 401/89. APROVADA a Emenda.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 406/89, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que padroniza as placas indicativas de obras do Estado e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 406/89

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Lindolfo Júnior, objetiva padronizar as placas indicativas de obras do Estado.

Ao proceder-se a análise da presente iniciativa, notamos a defesa e cumprimento do Princípio da Legalidade, pelo atendimento dos preceitos da Constituição Federal contidos em seu artigo 37, § 1°:

"A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos."

O preceito supra-mencionado também é argüido em sua íntegra pela Constituição do Estado do Paraná, através do artigo 27, § 1°.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL opinando-se pela APROVAÇÃO do plano de lei em tela, nada encontrando que possa impedir a sua normal

tramitação processual legislativa pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 85/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que revoga a Lei n° 9.058/89. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA:

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 3 (três) sessões, do Projeto de Lei n° 85/90.- Aprovado. Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia, por 3 (três) Sessões o Projeto de Lei n° 85/90.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 282/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que autoriza o Poder Executivo a permutar área de terreno de sua propriedade, pela área de terreno de propriedade do IPE, localizadas no município de Curitiba a doar à Fundação Cardíaco - Fundação de Amparo a Pesquisa em Doenças Cardiovasculares, área de terreno localizada à Rua Arthur Bernardes, nesta Capital, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 282/90

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Artagão Mattos Leão, visa autorizar o Poder Executivo a permutar área de terreno de sua propriedade, pela área de terreno de propriedade do Instituto de Previdência do Estado - IPE, localizadas no município de Curitiba (ambas medindo 23,362 m²) e doar a Fundação Cardíaco - Fundação de Amparo a Pesquisa em Doenças Cardiovasculares, área de terreno localizada à Rua Arthur Bernardes, nesta Capital, conforme específica.

Analisada a matéria por esta Comissão, entende esta que a mesma encontra-se em conformidade com a Constituição Estadual em seus artigos 10 e 53, inc. XIV, que citam respectivamente que os bens imóveis do Estado, só poderão ser objetos de doação, mediante lei, se o beneficiário for entidade sem fins lucrativos e declarada de utilidade pública, tal como é a citada fundação e que é da competência desta Assembleia Legislativa autorizar o Poder Executivo a permutar bem imóvel do Estado.

Nestas condições, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando este Relator pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
PIRAJÁ FERREIRA
Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 288/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que revoga a letra "g" do artigo 6° da Lei n° 6639/74, alterada pela Lei n° 7771/83. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA:

Sobre o referido projeto, emendas aditivas de plenário em n° de 4 (quatro), de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, devidamente apoiadas, e ainda, uma Emenda Modificativa de Plenário de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 288/90

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, visa revogar a letra "G", do artigo 6° da Lei n° 6639/74, alterada pela Lei n° 7771/83, que prescreve que o produto da contribuição obrigatória da Assembléia Legislativa a título de auxílio correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor dos encargos com aposentadorias e pensões, previstas no exercício de 1987.

Quanto ao aspecto legal e constitucional, não há nenhum óbice para a normal tramitação deste, pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Chamada a opinar, esta Comissão Geral manifesta-se FAVORAVELMENTE a medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
EDUARDO BAGGIO
Relator

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 01, AO PROJETO DE LEI N° 288/90.

Acrescente-se ao Projeto de Lei n° 288/90 o seguinte artigo:

"Art. - Fica revogada do artigo 4° da Lei n° 7771/83, a expressão "quando houver necessidade".

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) PEDRO TONELLI
Apoiamto: Ferrari Júnior,
Neivo Beraldin,
Lindolfo Júnior,
Paulino José Delazeri,
David Cheriegate.

JUSTIFICATIVA:

A manutenção deste dispositivo, com a expressão que se pretende revogar, possi-

bilita a qualquer tempo que se proceda a suplementações orçamentárias para atender despesas correspondentes dos encargos assumidos por aquela lei, o que é inconstitucional.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 02

Acrescente-se ao Projeto de Lei n° 288/90 o seguinte artigo:

"Art. - Fica revogado o artigo 23 da lei n° 6639/74 com a redação que lhe deu a lei n° 7771/86."

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) PEDRO TONELLI
Apoiamto: Ferrari Júnior,
Neivo Beraldin,
Lindolfo Júnior,
Paulino José Delazeri,
David Cheriegate.

JUSTIFICATIVA:

Esta é mais uma inconstitucionalidade. Como o sistema de previdência do Estado do Paraná é único, é inconstitucional o repasse de recursos públicos para entidades de previdência privada, como é o FEPPA.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 03

Acrescente-se ao Projeto de Lei n° 288/90 o seguinte artigo:

"Artigo - O artigo 3° da Lei n° 6639/74 passa a ser lido com a seguinte redação:

"Art. 3° - São associados do Fundo todos os atuais parlamentares e os que, querendo, no futuro vierem a ser eleitos".

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) PEDRO TONELLI
Apoiamto: Ferrari Júnior,
David Cheriegate,
Lindolfo Júnior,
Paulino José Delazeri,
Neivo Beraldin.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 3° da Lei n° 6639/74 tem a seguinte redação:

"Art. 3° - São associados obrigatórios do Fundo, independente de idade e condições de saúde, todos os atuais parlamentares e os que de futuro vierem a ser eleitos".

Além de sua inconstitucionalidade, este artigo é extremamente autoritário, muito próprio ao momento histórico que se vivia à época, mas dessintonizado com a "voz das urnas" que exigia a derrubada daquele regime, elegendo majoritariamente os candidatos da oposição.

A compulsoriedade da associação ao FEPPA é inconstitucional de forma cristalina e incontestada. Diz o inciso XX do artigo 5° da Constituição Federal:

"Art. 5° -

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou permanecer associado;"

Assim, a Assembléia não poder manter

este dispositivo flagrantemente inconstitucional.

Espero que a interpretação literal prevaleça.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 04

Acrescente-se ao Projeto de Lei n° 288/90 o seguinte artigo:

"Art. - Fica revogado o artigo 7° da Lei n° 8.437 de 30 de dezembro de 1986, que regulamenta a carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Estado.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) PEDRO TONELLI

Apoiamento: Ferrari Júnior,
Neivo Beraldin,
Paulino José Delazeri,
Lindolfo Júnior,
David Cheriegate.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 7° da Lei n° 8.437/86, cria uma exigência descabida, desproposita, salvo se entendido como interesse de seus autores, a criação de dificuldades e impedimentos para aprovação de qualquer proposta que vise alterar descabido privilégio que é o Fundo de Previdência do Parlamentar Paranaense.

Diz o artigo 7°: "Acrescenta parágrafo ao artigo 22, da Lei 7771, de 14 de dezembro de 1983.

Parágrafo Único: Qualquer proposta de alteração no Fundo, deverá ser submetida à análise prévia do Conselho Deliberativo, cujo parecer será emitido mediante cálculos atuariais".

A Lei 7771/83 trata exatamente do FEPPA.

Com este artigo ingênuo e inofensivo aos menos desavisados, trataram os parlamentares de garantir que suas aposentadorias não fossem molestadas.

Além da "sacanagem" que é introduzir um dispositivo genérico como aquele, numa lei que nada tinha a ver com o assunto, para esconder a pretensão, é de má técnica legislativa.

Os Parlamentares, na verdade criaram, para preservar sua "mordomia maior", uma comissão especial no processo legislativo apenas para apreciar alterações do FEPPA, Trata-se de outra imoralidade.

Esta é a hora de denunciá-la e corrigi-la.

Espero que assim seja.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 05

O artigo 1° do Projeto de Lei n° 288/90 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - Ficam revogadas as alíneas "b", "d" e "g" do artigo 6° da Lei n° 6639/74, com a redação que lhe deu a Lei n° 7.771/86."

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(a) PEDRO TONELLI

Apoiamento: Ferrari Júnior,
Neivo Beraldin,
Paulino José Delazeri,
Lindolfo Júnior,
David Cheriegate.

JUSTIFICATIVA:

O repasse de recursos públicos para o FEPPA, quer de forma descarada como é o repasse de saldo de dotações e suplementações orçamentárias, quer na forma mascarada de legalidade como é a contribuição "patronal" de 16%, é inconstitucional.

Tal argumento se sustenta na unicidade de previdência a nível Federal, a nível estadual ou municipal, quando houverem. Como o sistema é único, é inadmissível a existência de fundos privados, mantidos com recursos públicos.

Este é o entendimento da Procuradora Geral da União em Ações de Inconstitucionalidades representadas perante o Supremo Tribunal Federal.

Em discussão.

O SR. PEDRO TONELLI (Para discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, demais integrantes de nossa sessão desta terça-feira.

Nesta oportunidade este Parlamento traz à discussão assunto que foi de preocupação deste Parlamentar desde o primeiro dia do nosso mandato.

A transparência trazida, ou de parte dela, se deve à presença do Partido do Trabalhadores nas instâncias da vida constitucional deste país!

Trouxe ao conhecimento público brasileiro e conseqüentemente dos paranaenses, alguns absurdos institucionalizados, através de lei, e que depois de muita luta, finalmente começa a voltar atrás e dar uma marcha ré a alguns destes absurdos institucionalizados.

Esse projeto de lei, de autoria da Mesa Executiva, eu quero dizer aqui que é um projeto bem intencionado a intenção é muito boa. Quando se começa a propor de que não se destine mais recursos dos cofres públicos, recursos do contribuinte, recursos dos impostos, pagos a duras penas, para pagar, por exemplo, nesse caso, Fundo de Previdência Privada, como é o caso dessa lei que cria e regulamenta o Fundo de Previdência dos Parlamentares do Paraná.

E quero louvar esta iniciativa apesar de uma luta incessante, quero me congratular com essa iniciativa apesar de uma luta de três anos e meio, não só minha, mas também endossada e por iniciativa de outros Parlamentares que compõem esta Casa de Leis, e que em nenhum momento, nestes três anos e meio nós tivemos sucesso, compreensão da maioria e que acatassem as várias iniciativas que foram propostas, através de Leis Ordinárias, ou no processo

Constituinte de 1989, que acaba de encerrar!

No entanto, eu concordo com essa iniciativa, mas eu não estou satisfeito simplesmente com a revogação da letra G do referido artigo, que é um absurdo, aonde 50% das pensões das aposentadorias são pagas com recursos do Orçamento...

O SR. EDUARDO BAGGIO - Permite um aparte, Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência eu lhe concedo, vou concluir o meu raciocínio e na sequência eu concederei os apartes aos nobres colegas que o solicitarem.

O SR. EDUARDO BAGGIO - É que encaixava perfeitamente no vosso raciocínio.

O SR. PEDRO TONELLI - Matéria boa não vence, nobre Deputado.

Motivo pelo qual eu não estou satisfeito somente com a revogação desta letra, é que estou apresentando, subscrito por vários Parlamentares, neste Parlamento eu não consegui conversar com todos, e eu quero pedir escusas, eu simplesmente consegui o número regimental, pois foi elaborado agora no período que antecedeu a sessão e a sessão já estava em andamento, então eu não tive tempo de conversar com todos os nobres Pares, mas todos poderão marcar sua posição no momento da discussão dessas emenda.

As emendas que eu proponho, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu gostaria que se levasse em conta essas emendas, por isso eu estou chamando a atenção neste momento de discussão da matéria; as emendas procuram contemplar a intenção manifestada por esta Mesa Executiva e que foi defendida por mim e por outros Parlamentares nesses três anos e meio.

Já é por demais conhecida a posição da população paranaense, que não aceita mais que alguns cidadãos, não importa se sejam Deputado ou não, tenham um benefício, diferenciado a custo de recursos públicos. Isso, nos novos tempos é inaceitável, nos tempos da ditadura militar se justificava, nos tempos da ditadura moderna também; mas hoje, não só aqui no Brasil, mas no mundo todo a sociedade se sensibiliza para derrubar as burocracias, para derrubar as ditaduras. E aqui no Brasil também há um empenho, há um leve empenho da sociedade organizada para condenar os absurdos que estão institucionalizados nas diferentes instâncias de Poder.

É por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que as minhas emendas todas, o que elas propõe é exatamente revogar todos aqueles dispositivos legais que permitem a destinação de recursos públicos

para qualquer fundo de previdência privada. Porque aqui nós estamos revogando uma letra que ela pode ser compensada, se houver má intenção no futuro, a revogação dessa letra do artigo 1º não é suficiente. Por quê? Porque nós podemos, se houver má intenção, destinar através de outras formas recursos do orçamento da Assembléia, sobras de orçamento para este fundo, para compensar a perda desse pagamento de 50% da aposentadoria.

Então, nós temos que sacramentar, aqui neste momento, numa posição clara deste Parlamento, que nós não vamos revogar a lei toda não; se os nobres Parlamentares quiserem constituir um fundo de previdência privado, ótimo, mas o façam com recursos próprios, com recursos do seu salário, com recursos do seu bolso. Isso é facultado a quem quiser, mas não vamos permitir mais que se constituam fundos privados com recursos públicos.

Então, algumas emendas que serão apreciadas na sequência, elas têm esse intuito, revogar todas aquelas formas legais para destinar recursos de sobra de orçamento, recursos assistenciais para destinar ao fundo de previdência privada.

Uma das emenda também, eu gostaria de deixar bem claro, Senhor Presidente e Senhores Deputados, visa tão somente tornar livre a participação dos Parlamentares no futuro ao fundo, porque hoje é obrigatório. Eu quero deixar registrado aqui que eu já fiz uns quatro pedidos através de ofício à presidência do FEPPA para que me desligasse desse fundo de previdência privada, e oficialmente nunca me responderam. No entanto, nesta tribuna, em vários momentos foi dito que a obrigatoriedade de participar desse fundo, está vinculada ao cumprimento de uma lei estadual. Então, a lei tem que valer para todos.

Então, neste momento eu estou propondo a revogação daquele dispositivo dessa lei que torna obrigatória a participação com a contribuição de todos os Parlamentares. O que eu estou propondo em síntese é que os Parlamentares possam ter seu fundo com recurso próprio e não com recurso público. E mesmo assim o que estou propondo é que o fundo continue, mas, não com caráter obrigatório de todos os Parlamentares. Participe quem quiser. Essas são as intenções contempladas nessas emendas que ora estamos apresentando. Estou apresentando também uma emenda que revoga o artigo 7º da Lei nº 8.437 de 30 de dezembro de 1986 que é uma lei que regulamenta a carreira do magistério público do ensino superior do Estado, e que foi incluído uma emenda que se transformou em artigo que o artigo 7º que coloca aqui uma barbaridade, diz o seguinte: "Parágrafo único - qualquer proposta de alteração do fundo deverá ser

submetida à análise prévia do Conselho Deliberativo cujo parecer será emitido mediante cálculos atuariais". Então essa lei é uma lei que trata das alterações do FEPPA, tem um conselho próprio que foi aprovado numa emenda que não tem nada a ver com a questão do FEPPA, trata do magistério do ensino superior do nosso Estado que foi aprovado em 1986. Então esse é um casuismo que ocorreu aqui, creio eu, na sua aprovação e que eu estou propondo a sua alteração. A alteração tem que ser mediante lei, tem que passar neste Plenário, não pode simplesmente eleger um conselho que não tem nada a ver com esse Parlamento, ou que tem pouco a ver, para apreciar as alterações numa lei que constitui um fundo de previdência privada. Por isso Senhor Presidente, Senhores Deputados, estou apelando para que na sequência da aprovação desse projeto nós aprovemos também essas emendas subscritas por mim, por Deputados do PSDB, pelo Deputado Lindolfo Júnior e outros Deputados que subscreveram, e outros que não foram consultados.

Eu solicito o apoio e a aprovação dessas emendas que elas visam tão somente contemplar, aperfeiçoar ainda mais a boa intenção manifestada por essa Mesa Executiva e aprovada já em 1.^a discussão por esse Plenário.

Eu concedo aparte, com muito prazer, ao nobre Deputado Eduardo Baggio.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Nobre Deputado Pedro Tonelli com relação ao Projeto de Lei n° 288/90, o qual tive a honra de relatar, onde trata das contribuições 50% que caberia à Assembléia pagar ao FEPPA, especificamente, eu gostaria que o Presidente desta Casa nos informasse de quanto tempo faz que esta Casa não faz a contribuição para o Fundo de Aposentadoria o FEPPA. Esta previdência Parlamentar está se mantendo as custas única e exclusivamente com as contribuições dos Senhores Deputados. Portanto, seria de bom alvitre que o Presidente desta Casa mesmo no período em que ele está presidindo, mesmo quando era 1° Secretário se nos informasse se foi pago alguma importância à Previdência Parlamentar.

Portanto, nobre Deputado, este projeto de Lei que anula essa contribuição, que por sinal nunca foi paga, simplesmente vai continuar essa previdência com a contribuição, única e exclusiva, dos Senhores Parlamentares. Portanto, eu não vejo mal nenhum em continuar esse fundo de previdência, sendo mantido com os descontos dos Senhores Parlamentares.

E a informação melhor poderia lhe dar, nobre Deputado, eu sei da sua preocupação para com esse projeto, é na pessoa da nossa Presidência, Deputado Anibal Khury, que

poderia esclarecer melhor a Vossa Excelência de qual foi o período que foi pago pelos cofres da Assembléia, por consequência pelo dinheiro do Estado, os 50% referentes a parte que cabia, conforme a Lei, por conta do Estado.

Portanto, era essa a minha participação, caro Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço ao nobre Deputado Eduardo Baggio e o pronunciamento de Vossa Excelência, o seu aparte, vem somente confirmar a preocupação deste Parlamentar.

Eu...

O SR. PAULINO DELAZERI - Concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - ...na sequência lhe concedo.

Eu não sou o administrador da Assembléia Legislativa, sou um Legislador aqui nesta Casa e eu estou me baseando naquilo que está escrito na lei. Se o pronunciamento de Vossa Excelência de que esta Assembléia nunca destinou recursos do seu orçamento para o FEPPA, então, é um motivo a mais pelo qual nós temos que aprovar as emendas de nossa autoria, minha e de vários Parlamentares que subscreveram e que bem intencionam.

Se não foram destinados recursos públicos, ótimo! Então, é um motivo a mais. Para quê manter na lei algo que se faz desnecessário na prática desse fundo?

Então, agradeço esse reconhecimento e espero, também, o voto, a aprovação das minhas emendas, das nossas emendas, em Plenário.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Paulino Delazeri que também sempre esteve preocupado com essa questão, que é uma questão que a nossa sociedade paranaense tem tanta preocupação, tanta atenção e que espera uma resposta positiva até o final dessa legislatura, aonde alguns dos absurdos institucionalizados não continuem mais na próxima legislatura.

Concedo com prazer um aparte ao nobre Deputado Paulino.

O SR. PAULINO DELAZERI - Nobre Deputado, só para manifestar o meu apoio às emendas apresentadas por Vossa Excelência e dizer que eu me encontro numa situação constrangedora também porque, por minha vontade, já oficiei à direção do FEPPA neste sentido pedindo o meu desligamento, mas estou condicionado a uma lei, da qual eu não concordo, estou condicionado a ser um contribuinte compulsório.

As emendas apresentadas por Vossa Excelência o que já fiz em processos anteriores, só vêm me liberar de uma situação

que eu não estou satisfeito em ser um membro deste fundo compulsoriamente.

O Deputado Baggio informava a esta Casa de que o Estado não vem destinando os 50% do valor das aposentadorias e pensões da qual ele está obrigado por lei há muito tempo e nem contribuindo com os 16% que caberia à Assembléia Legislativa para a formação do fundo. Pois, então, Deputado Eduardo Baggio, Deputado Pedro Tonelli, Assembléia Legislativa, vamos aprovar as emendas do Deputado Pedro Tonelli que nós daremos ao Poder Legislativo o que ele está precisando: vamos dar ao Poder Legislativo uma nova fisionomia que a população está a exigir, já que ele não está contribuindo; ele está só recebendo o ônus, o desgaste de uma lei que o obriga a contribuir, mas que na prática não está fazendo...

O SR. EDUARDO BAGGIO - Mas a Lei n° 288, nobre Deputado, está extinguindo de uma vez por todas. Agora, uma lei, quando existe dentro deste Parlamento, eu creio que seja obrigatoriedade de todos os Deputados contribuir.

O SR. PAULINO DELAZERI - Nobre Deputado, se a Assembléia Legislativa não está contribuindo e o Estado não está pagando 50% das pensões e aposentadorias, seria uma boa oportunidade para dizer à opinião pública do Brasil e do Paraná, que o Estado do Paraná tem a sua previdência, mas com os recursos dos Parlamentares e não mais obriga o Poder Público a participar na formação desse fundo e os Deputados compulsoriamente.

Era isso, nobre Deputado.
Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu Agradeço o aparte do nobre Deputado Paulino Delazeri e endosso a vossa preocupação e por isso que eu apresentei esta emenda. A emenda tornando o fundo, a contribuição compulsória, porque aliás, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é bom que o Deputado Eduardo Baggio saiba, esse artigo da lei é completamente inconstitucional, porque a nossa lei maior, a Constituição Federal, assegura que ninguém é obrigado a associar-se a nada.

Como é que eu sou obrigado através de uma lei estadual a me associar a um fundo de previdência privado? Isso é uma barba-ridade, é um descabimento que este Parlamento não pode mais continuar adotando. Eu não quero participar desse fundo e a Constituição Federal me assegura esse direito.

Como que uma lei estadual vai obrigar com que eu continue, eu, o Deputado Paulino Delazeri e certamente outros, vamos

continuar obrigatoriamente filiados a um fundo que nós não concordamos e que a Constituição não nos obriga?

Por isso Senhor Presidente, Senhores Deputados...

O SR. EDUARDO BAGGIO - Vossa Excelência ao entrar ou qualquer trabalhador numa empresa, ele não é obrigado a pagar o INPS?

O SR. PEDRO TONELLI - O INPS sim, o que a Constituição assegura é que terá um fundo único, haverá uma previdência única para todos, esse é um direito assegurado.

Então, os Deputados, quem quer que seja, eles têm que ser beneficiados do INPS, como são todos os cidadãos brasileiros, que é o que diz a nossa Constituição.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Ele pode ser um beneficiado pelo INPS, desde que ele continue pagando também a sua contribuição ao INPS, como eu faço. Pago lá e pago aqui.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu acho que Vossa Excelência tem que rever e tem que pagar um só. Ou aqui do seu bolso o fundo privado, mas não existe mediante lei obrigatória de repasse de recursos públicos ou contribuir com a previdência geral que é aquela que todos os cidadãos sentem no dia a dia.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Nós estamos eliminando a parte do Estado.

O SR. PEDRO TONELLI - Vamos eliminar tudo de vez, então.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu agradeço as vossas atenções e espero efetivamente a apreciação e os votos favoráveis, para que de agora em diante o fundo continue, porque temos alguns Parlamentares que já têm direito adquirido, que já contribuíram, não vamos fazer injustiça, mas, que de agora em diante se regule o funcionamento, que o nosso fundo seja privado com recursos privados e que não seja a obrigatoriedade permanente de todos os Parlamentares que porventura vierem de agora em diante.

Era isso, Senhor Presidente.

Era isso, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrada a discussão.

A Mesa vai retirar o Projeto da Ordem do Dia, para dar o seu parecer e manter entendimentos com a Direção do FEPPA sobre as emendas apresentadas pelo nobre Deputado Pedro Tonelli.

No entanto, informa que a importância

de 50% das aposentadorias dos Senhores Deputados nunca foi paga por esta Casa.

A Mesa anuncia a presença do Prefeito de Nova Prata do Iguaçu, Senhor Sady Malacarne. Registra com satisfação a sua presença.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 267/90, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município do Pato Bragado, desmembrado de Marechal Cândido Rondon, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 267/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Werner Wanderer, tem por finalidade criar, "ad referendum" do resultado de plebiscito, o Município de Pato Bragado, desmembrado de Marechal Cândido Rondon, conforme especifica.

Em análise da referida proposição vê-se claramente tratar-se de justa medida, consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 281/90, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itapejara D'Oeste os lotes que especifica, para implantação do Projeto Piloto de Construção de Habitações Populares à população de baixa renda. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 281/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Lauro Lobo Alcantara tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Itapejara D'Oeste os lotes que especifica, para implantação do Projeto Piloto de Construção de Habitações Populares à população de baixa renda.

Analisando o projeto, verificamos que não há óbice que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 55/90, de autoria do Deputado Gernote Kirinus, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Marechal Cândido Rondon, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Quatro Pontes, desmembrando-o de Marechal Cândido Rondon. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 055/90

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria dos nobres Deputados Gernote Kirinus e Werner Wanderer, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Marechal Cândido Rondon para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Quatro Pontes, desmembrando-o do Município de Marechal Cândido Rondon.

O projeto de resolução em tela atende ao disposto no Art. 19 § 1° II da Constituição Estadual não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 37/90, de autoria do Deputado Sabino Campos, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Toledo, para que a população decida sobre a criação do Município de Vila Nova. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 41, de 19.04.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 38/90, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Santa Isabel do Ivaí, para que a população decida sobre a criação do município de Santa Mônica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 41, de 19.04.90).

Sobre a mesa, requerimento de n° 1296, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos

Massignan, constante do expediente. - Aprovado. (O Veto será apreciado no dia 17 de maio). À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1277, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1297, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1289, de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1276, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1275, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1283, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1274, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. - Ao Senhor 1° Secretário para as devidas providências.

Requerimento de n° 1298, de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1299, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, com apoio dos Senhores Deputados Nereu Carlos Massignan e Anibal Khury, constante do expediente. - Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 1249, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1269, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1270, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1284, 1302, 1303, 1281, 1283, 1282, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1278, 1279, 1280,

de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. - Aprovados À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1301, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, com apoio dos Senhores Deputados Hermas Brandão, Raul Lopes, Nelson Vasconcellos e demais Senhores Deputados, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1272, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1268, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1286, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1273, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1271, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1251, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela ordem) - Senhor Presidente, eu quero apenas agradecer à Mesa desta Casa pelo registro do escritor Pedro Bandeira da mensagem que diz: "Está na hora de se plantar esperanças neste País". Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 132/90

4.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 260/89 e 242/90

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 169/86, 401/89, 406/89, 267/90, 281/90, 282/90, 289/90 e do Projeto de Resolução n° 55/90.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 349/88, 77/90, 220/90, 277/90 e dos Projetos de Resolução n°s 23/90, 37/90 e 38/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 16/90, 44/90, 45/90, 49/90, 104/90, 270/90, 276/90, 285/90 e 293/90.

Levanta-se a sessão.